

BIBLIOGRAFIA  
I  
B BRASILEIRA  
L R  
I A  
O S  
G I  
R L  
A E  
F I  
I R  
A A

MEC  
INEP-CBPE

*dupl*

Vol. 16

N.º 1

DE  
EDUCAÇÃO

M. E. C.  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS  
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

C.D.U. 016: 37(81)

C.D.D. 016.3709S1

*Diretor*

CARLOS CORRÊA MASCARO

*Documentação e Informação Pedagógica*

PÉRICLES MADUREIRA DE PINHO

*Serviço de Bibliografia*

REGINA HELENA TAVARES

*Colaboradores do presente número:*

B.K. — Beatriz Kamergorodski

C.C.C. — Cândida Cerne de Carvalho

E.B.A.B. — Eleonora Beatriz de Azevedo Barroso

F.S. — Fidelina dos Santos

M.L.L. — Maria Luisa Leite

R.H.T. — Regina Helena Tavares

Para a remessa de correspondência: Rua Voluntários da Pátria, 107, ZC-02  
ou Caixa Postal 1-02 — Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Brasil

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

# BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Bibliogr. bras. Educ.	Rio de Janeiro	V. 16	N.º 1	p. 1/60	Jan./Mar. 1968
-----------------------	----------------	-------	-------	---------	----------------

## INTRODUÇÃO

Com este primeiro número do ano de 1968, a Bibliografia Brasileira de Educação inicia uma nova fase. Procurando aperfeiçoar sua sistemática de apresentação, utilizará, daqui por diante, a Classificação Decimal Universal (CDU), em vez da Classificação de Dewey (CDD), utilizada anteriormente.

A medida se justifica plenamente, visto que a CDU apresenta recursos de maior flexibilidade na determinação e interligação de assuntos.

Por outro lado, a "Edição Especial Educação" (classe 37), preparada pela Federação Internacional de Documentação, a pedido da UNESCO, revela grandes melhorias na estrutura da classe e decorrentes facilidades para sua adaptação ao sistema educacional brasileiro.

Daí não haver o Serviço de Bibliografia do CBPE hesitado em adotá-la, juntamente com as outras tabelas da CDU, no propósito de aperfeiçoar esse instrumento de trabalho que é a BBE, visando, igualmente, possibilitar melhor intercâmbio bibliográfico.

Tratando-se de uma primeira experiência, os critérios de classificação ficam sujeitos a revisões, de acordo com as necessidades e os problemas que possam surgir.

## CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

### *Principais convenções*

Esquema geral dos índices CDU utilizados neste número.  
ver págs. 7-10.

Os números entre parênteses (0) indicam subdivisão de forma.

Os números entre parênteses (4/9) indicam subdivisão geográfica.

Os números sem parênteses 00 indicam subdivisão de ponto de vista.

Os números sem parênteses — 0 (hífen 0...) indicam subdivisão de grupos de pessoas (idade, sexo, classes sociais, ocupação).

O símbolo + (mais) indica assuntos representados por números não consecutivos (de acordo com a classificação adotada), tratados num mesmo documento.

O símbolo : (dois pontos) indica a relação coordenada de assuntos.

O símbolo " " (aspas) indica subdivisão de tempo.

## NOTA EXPLICATIVA

A matéria incluída na B.B.E. acha-se disposta em ordem de classificação por assunto, de acordo com a tabela de classificação.

O número superior à esquerda corresponde ao número de classificação de assunto. Quando vários itens têm a mesma classificação, esta aparece apenas no primeiro.

O número inferior, à direita, é o número de ordem dos itens.

Recomenda-se, a quem consultar a B.B.E., orientar-se pelo "Índice Remissivo de Assuntos", págs. 54-56, onde encontrará a indicação dos números de ordem dos itens que tratam especificamente do assunto procurado.

Podrá igualmente o leitor procurar o assunto que lhe interessa na "Tabela de Classificação", págs. 7-10, notando o número de classificação atribuído na referida tabela. Em seguida, deverá localizar esse número nas páginas que se seguem. Os itens sobre o assunto desejado estarão grupados, em ordem alfabética de autores, sob aquele número fornecido pela tabela.

As págs. 57-59, encontra-se, ainda, o "Índice de Autores", com a indicação dos números de ordem de itens relativos aos respectivos trabalhos.

Artigos de revistas: Uma indicação como "*B. Inst. Psic.*, 5 (3) : 1-10", deve ser entendida como Boletim do Instituto de Psicologia, vol. 5, n.º 3, págs. 1 a 10.

As iniciais colocadas entre parênteses, depois de cada resumo analítico, correspondem aos elaboradores destes, aparecendo o nome por extenso no verso da capa.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO \*

I

37	— EDUCAÇÃO
37:301.153.001.5	— Opinião pública e Educação — pesquisa
37:31	— Estatística da Educação
37(063)	— Congressos e Conferências de Educação
37(063)(81)	— " " " " " " — Brasil
37(092)	— Biografias de Educadores
37(094.5)	— Legislação do Ensino
37.01	— Filosofia da Educação
37.012	— Métodos de pesquisas educacionais
37.012.85	— " " " " " " — Inquéritos
37.014	— Política da Educação — Educação pública
37.014:301.175	— Educação pública e desenvolvimento
37.014.12	— Direito à Educação
37.014.14	— Obrigatoriedade escolar
37.014.14:331-053.7	— Obrigatoriedade escolar e o Trabalho do menor
37.014.3	— Reformas educacionais
37.014.5	— Política e Planejamento da Educação — Considerações gerais
37.014.542	— Planejamento da Educação
37.014.542(813.1)	— " " " " — Ceará
37.014.542(816.4)	— " " " " — Rio Grande do Sul
37.014.543	— Financiamento da Educação
37.014.543(81-3)	— " " " " — nos Estados
37.014.6	— Inspeção e supervisão escolar
37.014.61	— " " " " — Federal
37.015	— Diferentes disciplinas da Pedagogia
37.015.2	— Antropologia da Educação
37.015.324	— Psicologia do Educando
37.015.324."19"	— Juventude no tempo presente — problemas psicológicos
37.015.4	— Sociologia educacional
37.015.6	— Economia da Educação
37.018	— Formas fundamentais de educação
37.018.58	— Escolas experimentais
37.048	— Orientação educacional e profissional
37.048.4	— Orientação profissional
37.048.4:301.185.14	— Orientação profissional e a família
37.058	— Escolas particulares

\* Foi adotada a edição especial — Educação — da Classificação Decimal Universal (Edição em Inglês e Francês, publ. FID).

- 371 — ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR  
 371(81-3) — Sistemas estaduais de ensino — em geral  
 371(814.2) — Ensino — Bahia  
 371(816.1) — " — São Paulo  
 371.02 — Didática e metodologia — questões gerais  
 371.13 — Formação de professores  
 371.13(815.4) — " " — Guanabara  
 371.2 — Organização da escola  
 371.212.73 — Evasão escolar  
 371.217.42 — Bolsas-de-Estudo (Ensino médio)  
 371.26 — Testes e medidas educacionais  
 371.263 — Testes escolares  
 371.5 — Disciplina escolar  
 371.514 — Competições  
 371.6 — PRÉDIOS E APARELHAMENTO ESCOLARES  
 371.62 — Instalações escolares  
 371.62(816.1) — " " — São Paulo  
 371.64 — Bibliotecas escolares  
 371.643 — " " — para alunos  
 371.67 — Material escolar  
 371.671 — " " — Livros e periódicos  
 371.671.1 — Livro didático  
 371.8 — Vida estudantil  
 371.8.061.001.5 — Estudantes — Situação social — Pesquisa  
 372 — Programas de atividades pré-escolares e escolares  
 372.41 — Leitura — Iniciação  
 372.46 — Leitura e linguagem  
 372.8 — Matérias de ensino — sua metodologia (nível elementar e médio)  
 372.8(024.7) — Literatura infantil — ensino  
 372.981:371.673 — Geografia — material cartográfico  
 373 — ENSINO ELEMENTAR E MÉDIO  
 373.3 — Ensino elementar  
 373.3(05) — " " — periódicos  
 373.3:37.014.542 — " " — planejamento  
 373.3:37.014.542(813.4) — " " — Planejamento — Pernambuco  
 373.5 — Ensino médio  
 373.5+378 — Ensino médio e superior  
 373.5+378.046.4 — " " — cursos de extensão  
 373.5:31 — Ensino médio — Estatística  
 376 — EDUCAÇÃO DE GRUPOS ESPECIAIS  
 376.4 — " " " — Deficientes mentais  
 376.76 — Analfabetismo  
 377 — ENSINO TÉCNICO — FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
 377.3 — Formação profissional  
 377.5 — Escolas profissionais superiores  
 377.5:62 — " " " — Engenharia  
 378 — ENSINO SUPERIOR  
 378:301.175 — Ensino superior e mudança social  
 378:31 — Ensino superior — Estatística  
 378.014.3 — " " — Reforma  
 378.014.542 — " " — Planejamento  
 378.014.543 — " " — Financiamento  
 378.046.4 — Cursos de pós-graduação  
 378.096 — Faculdades

- 378.096:37 — Faculdade de Educação  
 378.32 — Ajuda financeira para estudos avançados e pesquisas  
 378.4 — Universidades  
 378.4:282 — Universidades católicas  
 378.4:282(816.1) — Universidade católica — São Paulo  
 378.4:282:37.014.3(816.1) — " " — Reforma — S. Paulo  
 378.4(8=6) — Universidades — América Latina  
 378.4(813.1) — Universidade Federal do Ceará  
 378.4(816.11) — Universidade de São Paulo  
 378.4(816.4) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## II

- 001 — Ciência e saber  
 001.83 — Cooperação intelectual  
 016 — Bibliografias especializadas  
 016.1 — " " — Filosofia  
 06 — Instituições  
 06.001.5 — Instituições de Pesquisa  
 159.9 — PSICOLOGIA  
 159.9.07 — Pesquisas psicológicas — Testes  
 159.98 — Psicotécnica  
 354 — Administração central  
 354.62 — " " — Ministérios — Tecnologia

## III

## LIVROS DIDÁTICOS

*Nível elementar*

- 501(075) — Ciências  
 51.(075) — Matemática  
 511(075) — Aritmética  
 802=690(075) — Português  
 51(075) — " — redação  
 981(075) — História do Brasil

*Nível médio*

- 02(075) — Biblioteconomia  
 16(075) — Lógica

301(075)	— Sociologia
51(075)	— Matemática
511(075)	— Aritmética
512(075)	— Álgebra
514(075)	— Trigonometria
515(075)	— Geometria
53+57(075)	— Ciências físicas e biológicas
657(075)	— Contabilidade
802=20(075)	— Inglês
802=40(075)	— Francês
802-5=690(075)	— Português — gramática
82.0=690(075)	— Antologia
981(075)	— História do Brasil
911(075)	— Geografia

*Nível superior*

31(075)	— Estatística
---------	---------------

## PERIÓDICOS ANALISADOS

### Revistas :

- Arq. bras. Psicot.* Arquivos Brasileiros de Psicotécnica. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, GB. Ano 19 n. 4, dez. 1967.
- B. inf. Centro Est. soc.* Boletim Informativo Centro Estudos Sociais. Faculdade Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pôrto Alegre, RS. N. 3, jun. 1967.
- COLTED Not.* Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático Notícias, Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, GB. N. 4, s.d.
- Com. & Merc.* Comércio & Mercados. Confederação Nacional do Comércio. Serviço Social do Comércio. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Rio de Janeiro, GB. Ano 2 n. 5 jan.; n. 6 fev.; n. 8. abr. 1968.
- 
- Documenta. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Rio de Janeiro, GB. N. 74 jul./agô.; n. 75 agô./set.; n. 76 out.; n. 77 nov.; n. 78 dez.; n. 79 dez. 1968
- Not. Estat.* Noticiário Estatístico. Departamento de Estatística do Estado de São Paulo. Setor de Relações Públicas. S. Paulo, SP. N. 1, 1.º trim. 1968.
- R. bras. Econ.* Revista Brasileira de Economia. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, GB. Ano 20 n. 4, dez. 1968.
- R. bras. Est. pedag.* Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, GB. V. 47 n. 105, jan./mar. 1967.

- R. bras. Fil.* Revista Brasileira de Filosofia. Instituto Brasileiro de Filosofia. São Paulo, SP. V. 17 fasc. 68, out./dez. 1967.
- R. Ens.* Revista do Ensino. Secretaria de Educação e Cultura. Pôrto Alegre, RS. Ano 15 n. 115, 1968.
- R. SENAI* Revista do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Rio de Janeiro, GB. Ano 23 n. 90, jan./mar. 1968.
- SEEC-DEP* Secretaria do Estado da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Primário. Recife, PE. N. 7, mar. 1968.
- Súmula. Conselho Estadual de Educação. Belém, PA. N. 2, 1965/66.
- Jornais :*
- C. Manhã* Correio da Manhã. Rio de Janeiro, GB.
- F. São Paulo* Fôlha de São Paulo. São Paulo, SP.
- J. Brasil* Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, GB.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ANPES — Associação Nacional de Programação Econômica e Social  
adapt. — adaptada  
agô. — agosto  
ampl. — ampliada  
atual. — atualizada  
aum. — aumentada  
B.B.E. — Bibliografia Brasileira de Educação  
Bibl. — Biblioteca  
Bibliogr.bras.Educ. — Bibliografia Brasileira de Educação  
CAEC — Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial  
CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior  
CBPE — Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais  
C.D.U. — Classificação Decimal Universal  
CEPRON — Centro de Produtividade do Nordeste  
CNEG — Campanha Nacional de Educandários Gratuitos  
COLTED — Comissão de Livros Técnicos e de Livros Didáticos  
Col. — coleção  
D.N.E. — Departamento Nacional de Educação  
dez. — dezembro  
Distr. — Distribuidor, Distribuidora  
Ed. — Editôra  
FAO — Food and Agriculture Organization  
fev. — fevereiro  
Graf. — Gráfica  
IBECC — Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura  
INEP — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
ilust. — ilustração, ilustrada  
Impr. — Imprensa, impressora  
jan. — janeiro  
jul. — julho  
Liv. — Livraria  
MEC — Ministério da Educação e Cultura  
mar. — março  
mimeogr. — mimeografado

- n. — número
- nov. — novembro
- OIT — Organização Internacional do Trabalho
- ONU — Organização das Nações Unidas
- out. — outubro
- PEBE — Programa Especial de Bolsas-de-Estudo
- p. — página
- rev. — revista
- SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- SUDESUL — Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
- s.d. — sem data
- sér. — série
- set. — setembro
- supl. — suplemento
- TUCA — Teatro Universitário da Católica
- trad. — tradutor, tradução
- UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância
- USA — United States America
- USAID — Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
- v. — volume

I

37 — EDUCAÇÃO

37:301.153.001.5

Sousa, Aldemirde — Opinião pública e educação. *F. São Paulo*, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 32-33).

Afirma que a educação, sendo um serviço que o poder público e a iniciativa particular prestam à comunidade, nada mais lógico do que auscultar esta comunidade para saber dos seus anseios e aspirações e conhecer as críticas e sugestões que faz com referência ao serviço recebido.

À vista disso, foi realizada, pelo Instituto Gallup, uma pesquisa de opinião pública, na capital paulista, sendo entrevistadas 600 pessoas, respeitando a representabilidade de classes sócio-econômicas e grupos etários, levando-se em conta a distribuição da população por sexo e só os adultos foram chamados a opinar.

Reproduz as tabelas da pesquisa, tecendo comentários sobre os resultados obtidos. (C.C.C.) 1.

37:31

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Departamento de Estatística — Situação cultural. *Not. Estat.* (1): 127-129. 1.º trimestre, 1968.

Quadro estatístico de estabelecimentos de ensino e alunos matriculados, no início do ano de 1967, segundo níveis de ensino, na região da Grande São Paulo. (B.K.) 2.

37(063)(81)

CONFERÊNCIA Nacional de Educação, 3.ª. Salvador, 1967. *Anais...* Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968. 2v.

Reúne coletânea dos trabalhos apresentados à III Conferência Nacional de Educação, realizada em Salvador, Bahia, em 1967, cujos resumos fizemos constar, discriminadamente, na B.B.E. V. 15 n. 2. (M.L.L.) 3.

37(092)

ABREU, Jaime — Anísio Teixeira e a educação na Bahia. *In: Educação, sociedade e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, 1968. p. 131-190. (Ser. 6 — Sociedade e Educação, 8).

Dá, em linhas gerais, a sua formação inicial humanista-clássica e sua evolução, sua filosofia social, e as coordenadas básicas dentro das quais o educador se realiza em pensamento e ação — democracia e ciência.

Aborda, em seguida, sua atuação junto ao sistema educacional baiano, dividindo-a em duas fases: a primeira, com a nomeação para o cargo de Inspetor Geral do Ensino da Bahia, de 1924-29; e a segunda, de 1947 a 1951, como secretário de Educação e Saúde do governo Otávio Mangabeira.

A caracterização geral de sua obra educacional nesse período pode ser definida, essencialmente, no esforço pela educação democrática, racionalmente planejada, em todas as etapas que definem a ação planejada, visando ao bem comum, à justiça social.

Destaca, entre inúmeras realizações, a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, sem similar no sistema educacional brasileiro — cujo programa completo seria leitura, aritmética e escrita e mais ciências físicas e sociais e artes industriais, desenho, música, dança e educação física, e que procura, ao mesmo tempo, formar hábitos, atitudes, cultivando aspirações, preparando realmente a criança para a sua civilização. (F.S.) 4.

37(094.5)

DOCUMENTA. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, (74) jul./agô. 1967. 152p.

Além de autorizações, reconhecimentos e regimentos de diversas faculdades, apresenta entre os atos oficiais o decreto que provê sobre a transferência do sistema educacional dos Territórios, do Ministério do Interior para o Ministério da Educação e Cultura. (B.K.) 5.

————— Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação (75) agô./set. 1967. 135p.

Destaca-se o regimento interno do programa especial de bolsas-de-estudo (PEBE) destinado a assegurar o ensino médio, através de bolsas-de-estudo a estudantes carentes de recursos, compreendidos êsses como os trabalhadores sindicalizados, seus filhos e dependentes. (B.K.) 6.

————— Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação (76) out. 1967. 160p.

Foram apresentados ao Conselho Federal de Educação os planos de reestruturação das Universidades Federais do Rio Grande do Norte, Goiás, do Pará, do Paraná, do Ceará e da Bahia, devendo todos se submeter aos reparos apontados pelo Conselho.

Inclui, como resultado da IV Reunião Conjunta do Conselho de Educação e representantes dos Conselhos Estaduais de Educação, a indicação subdividida em dois títulos: 1) forma pela qual os Estados e Distrito Federal

assumem o exercício da competência que lhes consigna o art. 16 da LDB; 2) providências necessárias à regulamentação das condições de funcionamento de escolas de grau médio. Atendendo ainda aos objetivos da mesma reunião, outras providências deverão completar as recomendadas, para tanto indica a criação de um cadastro de escolas de grau médio. Outra indicação feita é sobre a percentagem das receitas de imposto na manutenção e desenvolvimento do ensino. (B.K.) 7.

37(094.5)

DOCUMENTA. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação (77) nov. 1967. 176p.

Além do projeto de lei aprovando o sistema de ensino nos territórios, apreenta pareceres sobre a reestruturação das seguintes Universidades Federais: do Rio Grande do Norte, de Minas Gerais, da Paraíba, de Alagoas e da Universidade Federal Fluminense, devendo todos estes planos retornar as suas fontes de origem para nova reformulação.

Atos oficiais aprovam a convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, a 14 de dezembro de 1960. (B.K.) 8.

---

Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação (78) dez. 1967. 13p.

Tendo em vista a carência de químicos, em relação com as necessidades da indústria nacional, a Assessoria técnica submete à apreciação do Conselho Federal de Educação, um plano de criação de um sistema nacional de formação de químico de nível médio e superior. Ainda em relação aos projetos de lei, salienta-se o parecer sobre revalidação de títulos expedidos em países estrangeiros.

Nos planos de reestruturação de universidades foram aprovados os da Universidade Federal da Bahia, da Paraíba, e de Alagoas, voltando para revisão dos defeitos apontados pelo Conselho os planos das Universidades Federais de Pernambuco, do Ceará, de Caxias do Sul (RGS), do Amazonas e do Maranhão. (B.K.) 9.

---

Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação (79) dez. 1967. 143p.

Entre os diferentes trabalhos do Conselho Federal de Educação, salientam-se: o exame do estatuto da Universidade Federal de Sergipe; as indicações: a) sobre a quota do salário-educação com a aplicação de 40%, no mínimo, desses recursos, destinados à construção e equipamento de salas de aula, financiamento de programas e despesas de custeio do ensino primário; b) sobre a exigência de frequência mínima no curso de nível médio, estabelecida exceção para o caso de enfermidades; c) estudos sobre problemas ligados ao trabalho do menor e a obrigatoriedade escolar.

Atos oficiais provêm sobre a alfabetização funcional e a educação continuada do adolescente e adultos. (B.K.) 10.

37(094.5)

SÚMULA. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação (2) 1965/66. 35p.

Contém informações sobre a constituição dos Conselhos Estaduais de Educação, os sistemas estaduais de ensino e as resoluções dos mesmos Conselhos comunicados ao Conselho Federal de Educação. (B.K.) 11.

37.01

KEUBLER, Clark — Educação própria para homens livres. In: *Problemas brasileiros de educação*. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1968. p. 113-121.

Formula o conceito de liberdade, alertando o homem contra o perigo da mecanização e da necessidade de que a ciência e a tecnologia se aliem à técnica e à religião para servir o homem e não dominá-lo.

Aponta como o maior perigo dos nossos tempos a doutrina errônea de que todas as idéias e ideais são igualmente valiosos. Todos os homens devem ter obrigação de saber o que desejam para alcançar seus objetivos. (B.K.) 12.

TEIXEIRA, Anísio S. — *Pequena introdução à Filosofia da Educação; a escola progressiva ou a transformação da escola*. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1968. 150p. (Bibl. da Educação, Ciência e Cultura 3)

Estuda o que é uma introdução à filosofia da educação: a escola e a transformação social, os fundamentos da educação progressiva, as diretrizes dessa educação e os elementos de sua técnica, a educação e a sociedade em face do movimento de educação progressiva.

Trata, outrossim, da origem da filosofia (segundo Dewey), analisando a escola no que representa para a vida democrática. (M.L.L.) 13.

37.012.85

BERGER, Manfredo — Aspectos metodológicos de uma pesquisa de campos. *B. inf. Centro Est. soc.* (3): 11-17 jun. 1967.

Relata as técnicas empregadas em uma pesquisa de campo: "Procura e oferta educacionais no Sul do Brasil".

Estudo sociológico realizado através de um convênio UFRGS e a SOZIALFORSCHUNGSSTELLE da Universidade de Múenster da Alemanha, incluindo apenas os municípios com características predominantemente rurais.

O primeiro questionário apresentado teve por finalidade um levantamento sócio-econômico do município, e os outros dois destinados à obtenção de informações sobre procura e oferta educacionais de população rural.

Esclarece a necessidade do conhecimento do linguajar regional antes da elaboração dos questionários, a preparação da opinião pública e a aplicação de um teste antes da aplicação definitiva do questionário, assim como a preparação e supervisão dos entrevistadores (aplicadores de questionários). (B.K.) 14.

37.014

ABREU, Jaime — Problemas brasileiros de educação. In: *Problemas brasileiros de educação*. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1968. p. 13-38.

Partindo do que seriam os problemas do estágio atual de desenvolvimento cultural projetados na educação, refere-se, em seguida, à problemática da educação institucionalizada sob forma de sistema de ensino, faz uma breve análise crítica dos problemas, por nível de ensino e finaliza com um esboço de quais seriam os possíveis grandes caminhos para a solução dessa problemática. (B.K.) 15.

TEIXEIRA, Anísio S. — *Educação não é privilégio*. 2.<sup>a</sup> ed. rev. ampl. S. Paulo, Ed. Nacional, 1968. 158p. (Cultura. Sociedade e Educação).

Nessa nova edição, acrescenta uma terceira parte "educação e a formação nacional do povo brasileiro", em que inclui trabalhos que documentam o mesmo esforço de análise e formulação de plano de reconstrução da escola brasileira. Veja também B.B.E. V. 15 n. 1 item 117. (M.L.L.) 16.

37.014:301.175

ABREU, Jaime — *Educação, sociedade e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, MEC, INEP, CBPE, 1968. 237p. (Série 6 — Sociedade e Educação, 8).

Analisa os propósitos da escola, numa sociedade em desenvolvimento, como agente de mudança cultural, de acordo com os fins a que se propõe realizar, definidos pela filosofia que a informa, como uma ideologia, um sistema de valores, um corpo de princípios que lhe norteia a ação.

Observa que, principalmente nos países em desenvolvimento, os obstáculos são inúmeros em relação ao planejamento educacional: dificuldades estruturais, conceituais, ideológicas, técnicas, financeiras, políticas, sociais etc.

Ressalta a importância da pesquisa e ação planejada da educação que devem ser norteadas por princípios filosóficos, políticos, econômicos e sociais, abordando em particular a pesquisa e planejamento da educação no Brasil, bem como dando sugestões quanto ao desenvolvimento da primeira. Aborda, ainda, a educação como fator do desenvolvimento econômico na perspectiva brasileira.

Analisa, por fim, os fatores sociais atuantes no currículo da escola secundária brasileira; a escola média no séc. XX — cuja principal característica é a extensão da escolarização comum e obrigatória ao nível médio. (F.S.) 17.

37.014.12

TEIXEIRA, Anísio S. — *Educação é um direito...* São Paulo, Ed. Nacional, 1968. 166p. (Bibl. de Educação, Ciência e Cultura, 7).

Constitui esse livro prosseguimento de "*Educação não é privilégio*", publicado em 1957. Sendo aquele o debate dos aspectos decadentes de espírito elitista da sociedade brasileira, este discute as bases e a teoria da educação comum de um povo no limiar de uma nova era.

A gradual implantação da Lei de Diretrizes e Bases, a partir de 1961, confiando aos Estados a organização dos sistemas estaduais de ensino, evidenciou a necessidade de um planejamento de organização descentralizada do sistema educacional. Educação é um direito, apresenta um plano para a estruturação dos sistemas estaduais de ensino, baseado no trabalho realizado na Bahia, registrado no presente livro. (R.H.T.) 18.

37.014.14:331-053.7

**Estudos sobre problemas ligados ao trabalho do menor e a obrigatoriedade escolar.** *Documenta*, (79): 84-91, dez. 1967.

Após ter sido estudado o relatório apresentado a fim de verificar as implicações nos serviços de aprendizagem dos dispositivos da Constituição do Brasil, que reduziram de quatorze para doze a idade mínima de acesso do menor ao trabalho e estenderam até quatorze a obrigatoriedade escolar, a Comissão designada para tal fim chegou as seguintes conclusões: a) o menor de doze a quatorze anos, admitido a emprego, o faz para prestar serviços leves e que não o impeçam da frequência à escola, não sendo considerado para esses efeitos o aprendizado profissional; b) a aprendizagem de ofícios definida pela LDB como forma de grau médio é reservada a menores de 14 a 18 anos admitidos como aprendizes; c) recomenda que sejam admitidos de preferência menores que comprovem haver concluído o primário e o demonstrem de maneira satisfatória mediante exame. (B.K.) 19.

37.014.5

**ANDRADE, Gilberto Osório de — A educação no contexto das realidades regionais.** *F. São Paulo*, 19 fev. 1968. (supl. especial p. 31).

Tece considerações em torno do Plano Nacional de Educação e sua conseqüente integração no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico, afirmando que se reiteram duas perspectivas alvissareiras à nova política educacional brasileira; a do realismo educacional dinâmico e a do caráter integrado no planejamento.

Explica a reiteração, pois já vinham sendo sugeridas e postuladas, desde antes da Constituição de 67, citando o Conselheiro Durmeval Trigueiro, que há muito anunciou que cabe à União definir os objetivos comuns à educação nacional diferindo-se a consideração das particularidades regionais aos diferentes níveis de ensino.

A respeito do planejamento integrado — pelas iniciativas e promoções educacionais que visem à plena realização das metas da política nacional de desenvolvimento — foi essa uma perspectiva que não se desdobrou livremente, em virtude dos arcaísmos residuais, segundo as quais a educação seria um processo espontâneo da vida social, resultado automático da múltipla atividade do homem numa sociedade livre.

Estudou, outrossim, os vários períodos econômicos do país, dando as normas de uma política educacional realista. (C.C.C.) 20.

37.014.542

ABREU, Jaime — *Educação, sociedade e desenvolvimento*.

Veja 37.014:301.175.

ALMEIDA, Rômulo — Programação educacional num país em processo inicial de desenvolvimento. *R. bras. Est. pedag.* 47 (105): 9-54, jan./mar. 1967.

Tenta formular os pré-requisitos políticos para um programa de educação nos países da América Latina. Denomina de pré-requisito democrático o direito que todo homem tem de realizar o máximo de suas virtualidades; mas educação não é só um meio de capacitar as pessoas a alcançarem o máximo e sim um processo de disciplina social, de capacitação para o processo produtivo.

Enfoca o problema financeiro na educação, apontando uma programação baseada em estudo dos recursos humanos e num plano de desenvolvimento. Analisa discriminadamente os objetivos que o levaram a poder examinar os efeitos na programação educacional. Um plano de educação deve ser considerado em conexão direta com o sistema de pré-inversões, por duas razões: a educação faz parte da habilitação social, sendo tarefa imediata transmitir conhecimentos e preparar o esforço coletivo integrado.

Vê a educação pública primária como área prioritária mas não deixando de considerar a educação de adultos como um programa subsidiário. Afirma ser útil a ajuda exterior, desde que integrada na política nacional. Segue uma breve comparação histórica mostrando que, nos países hoje desenvolvidos, não se apresentou, na época em que começaram o processo de desenvolvimento, a questão de fazer da educação um instrumento de elevação imediata da produtividade, sendo a educação um processo de integração social, como ocorreu nos Estados Unidos, Japão, URSS e China.

Na América Latina, há países com mais índices de escolarização, nos quais coincidem cifras relativamente elevadas de renda *per capita*. No caso do Brasil, o maior problema é a baixa remuneração recebida pelos professores que aceitaram outras atividades mais bem pagas e mais importantes aos olhos da sociedade.

Conclui oferecendo sugestões para o planejamento de um sistema educacional completo. (B.K.) 21.

CORRÊA, Arlindo Lopes — Programas e medidas para o desenvolvimento da educação. *J. Brasil, supl. R. Econ.* 15 mar. 1968.

Trata do Plano Trienal de Educação, do Programa Estratégico para o período 1968-1970, que o governo Federal acaba de elaborar, o qual abrange as áreas mais importantes para o progresso nacional.

Frisa que o Plano Trienal de Educação é um documento reformista derivado de um diagnóstico sério, elaborado com rigor científico e que se apóia nas mais modernas metodologias de planificação científica.

O segundo volume trata da ação governamental no setor da educação ressaltando a necessidade de estabelecimento de normas que assegurem a sua execução. Apresenta as normas gerais e as providências para o desenvolvimento adequado da ação Federal, analisando detidamente os programas e projetos prioritários (com dados estatísticos).

O terceiro volume compreende os seguintes anexos: "modelos globais para a quantificação das necessidades brasileiras de mão-de-obra e educação"; "determinação de metas quantitativas específicas de mão-de-obra e necessidades educacionais derivadas" e "determinação das metas intermediárias do programa estratégico" (com quadros de dados estatísticos). (B.K.) 24.

37.014.542(813.1)

CEARÁ. Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural — Educação. In: *Planejamento de Ação. Município de Brejo Santo 1967* — Brejo Santo (Ceará), Dep. Impr. Of. s.d. p. 41-45.

O município de Brejo Santo conta no *ensino médio* com dois colégios, com matrícula efetiva num total de 420 alunos (1967). A procura de matrícula é baixa devido à evasão no curso primário. Ressente-se da falta de uma escola técnica profissional.

No *ensino primário*, apresenta quadros sobre os cursos *primário urbano* (onde se conclui não haver problemas no que diz respeito às relações: alunos/professor, matrículas efetivas/sala-de-aula, turnos/escolas) e *primário rural* (que carece de atenção especial, acusando um índice de analfabetismo em torno de 90% da população em idade escolar. Existem 13 escolas isoladas rurais). (B.K.) 25.

37.014.542(816.4)

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação — *Plano Estadual de Educação*. Porto Alegre, 1967. 323p.

Transcreve na íntegra o Parecer n.º 143/67 do Conselho Estadual de Educação que define os objetivos do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Oferce, à guisa de diagnóstico, alguns aspectos da educação no Rio Grande do Sul; a situação dos prédios escolares e a situação financeira.

Quanto aos aspectos quantitativos, faz um estudo da situação demográfica rural e urbana de 1964 a 1967; matrícula no ensino primário e médio, pessoal docente e administrativo e prédios escolares (quadros estatísticos).

Discrimina os objetivos qualitativos previstos no Plano, que devem ser atingidos no quadriênio 1968/71, as necessidades financeiras e as reformas que o plano exige.

Em "estudos especiais" estão os seguintes planos: formação de mão-de-obra industrial; formação de professores primários; titulação de professores leigos e de inspeção e supervisão no ensino médio.

Anexo, quadros estatísticos e índice dos quadros. (B.K.) 26.

O segundo volume trata da ação governamental no setor da educação ressaltando a necessidade de estabelecimento de normas que assegurem a sua execução. Apresenta as normas gerais e as providências para o desenvolvimento adequado da ação Federal, analisando detidamente os programas e projetos prioritários (com dados estatísticos).

O terceiro volume compreende os seguintes anexos: "modelos globais para a quantificação das necessidades brasileiras de mão-de-obra e educação"; "determinação de metas quantitativas específicas de mão-de-obra e necessidades educacionais derivadas" e "determinação das metas intermediárias do programa estratégico" (com quadros de dados estatísticos). (B.K.) 24.

37.014.542(813.1)

CEARÁ. Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural — Educação. In: *Planejamento de Ação. Município de Brejo Santo 1967* — Brejo Santo (Ceará), Dep. Impr. Of. s.d. p. 41-45.

O município de Brejo Santo conta no *ensino médio* com dois colégios, com matrícula efetiva num total de 420 alunos (1967). A procura de matrícula é baixa devido à evasão no curso primário. Ressente-se da falta de uma escola técnica profissional.

No *ensino primário*, apresenta quadros sobre os cursos *primário urbano* (onde se conclui não haver problemas no que diz respeito às relações: alunos/professor, matrículas efetivas/sala-de-aula, turnos/escolas) e *primário rural* (que carece de atenção especial, acusando um índice de analfabetismo em torno de 90% da população em idade escolar. Existem 13 escolas isoladas rurais). (B.K.) 25.

37.014.542 (816.4)

Rio Grande do Sul. Conselho Estadual de Educação — *Plano Estadual de Educação*. Porto Alegre, 1967. 323p.

Transcreve na íntegra o Parecer n.º 143/67 do Conselho Estadual de Educação que define os objetivos do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Oferece, à guisa de diagnóstico, alguns aspectos da educação no Rio Grande do Sul; a situação dos prédios escolares e a situação financeira.

Quanto aos aspectos quantitativos, faz um estudo da situação demográfica rural e urbana de 1964 a 1967; matrícula no ensino primário e médio, pessoal docente e administrativo e prédios escolares (quadros estatísticos).

Discrimina os objetivos qualitativos previstos no Plano, que devem ser atingidos no quadriênio 1968/71, as necessidades financeiras e as reformas que o plano exige.

Em "estudos especiais" estão os seguintes planos: formação de mão-de-obra industrial; formação de professores primários; titulação de professores leigos e de inspeção e supervisão no ensino médio.

Anexo, quadros estatísticos e índice dos quadros. (B.K.)

26.

37.014.543

MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral — Setor para Educação e Cultura — *Programas de investimentos e atividades* (tipos na proposta orçamentária para 1968) Rio de Janeiro 1967. 36p. mimeogr. (Documento de Trabalho 2).

Estudo baseado na proposta orçamentária para 1968 dando uma visão global das verbas destinadas ao programa educação.

Apresenta o programa de investimentos (tipos de projetos); administração, operação e manutenção (tipos de atividades). Anexo I: relação dos "Projetos" neste estudo, considerados "atividades" na proposta orçamentária; e anexo II: relação das "atividades" neste estudo, considerados "projetos" na proposta orçamentária. (B.K.) 27.

37.014.543 (81-3)

MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral. Setor para Educação e Cultura — *O Programa — educação nos orçamentos estaduais para 1967*. Rio de Janeiro, 1968. 35p. mimeogr. (Documento de trabalho 2).

Colaboração à melhoria do ensino brasileiro da seção de custos do ensino.

Apresenta um conjunto de quadros que fornecem uma visão das despesas estaduais de educação e cultura em 1967, atendendo a Lei Federal n.º 4 320, de 17/3/64, que determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios apresentem em seu orçamento quadro sintético de suas despesas classificadas por funções e subfunções, podendo-se, através destes quadros, conhecer o esforço de cada Estado em prol da educação.

Quadro analisando a despesa estadual de educação por habitante em função dos impostos (1967).

Apresenta bibliografia da legislação consultada correspondente a cada Estado. (B.K.) 28.

37.014.61

PINHO, Péricles Madureira de — *Inspetores federais de ensino secundário*. R. bras. Est. pedag. 47 (105): 158-161, jan./mar. 1967.

Parecer favorável da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Federal de Educação, aprovando a acumulação de cargos de inspetor de ensino e professor de disciplina de curso secundário negada anteriormente por decisão do Diretor-Geral do DASP.

O parecer fundamenta-se em depoimentos dos profs. Moisés Brejon, Lourenço Filho e nas recomendações da Conferência Internacional de Instrução Pública. (B.K.) 29.

37.015.2

DUARTE, Sérgio Guerra — *Antropologia e educação*. R. bras. Est. pedag. 47 (105): 129-138, jan./mar. 1967.

Ressalta o relacionamento íntimo entre a educação e a antropologia, visto ambas tratarem da herança social, através das gerações, assim como dos mcca-

nismos por meio dos quais essa transmissão se efetua, existindo áreas problemáticas no campo da educação moderna para cujo entendimento e solução a antropologia poderá colaborar.

Mostra alguns aspectos importantes da educação, tais como: as atitudes, lideranças e valôres dos mestres, as formas de agrupamento, as influências sociais extra-escolares e outras, para as quais a antropologia é um excelente elemento de compreensão, fornecendo técnicas de abordagem, histórias de vida, autobiografias, experiências em sociedades diferentes, etc.

Frisa que o antropólogo — Roquette Pinto — foi de enorme importância para a educação brasileira, pela consciência que teve do papel civilizador que negros e mestiços desempenham entre nós, quebrando o tabu que justificava nossas insuficiências educacionais apelando para o argumento racial: povo racialmente inferior. (C.C.C.) 30.

37.015.324.“19”

FURTER, Pierre — *Juventude e tempo presente*. Trad. de Luís Lourdes Orlandi. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. 461p.

Mostra que a adolescência é a transição necessária da heteronomia moral da infância à autonomia moral do adulto. Tomando consciência de si mesmo, das possibilidades de sua imaginação, o adolescente toma consciência da realidade do seu corpo, da presença dos outros, da sua situação social e do mundo enfim.

Cabe aos educadores ajudá-los, indicando-lhes um lugar adequado na sociedade e apresentando-lhes as perspectivas de um desenvolvimento humano, isto é, ao mesmo tempo individual e comunitário.

Embora haja aumentado o hiato entre a educação cada vez mais idealista e os adolescentes cada vez mais realistas, violentamente submetidos ao impacto da sociedade em plena revolução, cabe à escola, melhor do que qualquer outra instituição social, criar as condições de uma “tensão” e de um desnível entre a teoria e a prática, entre a reflexão e a ação que permitam modificar uma conduta moral. A escola secundária e superior é o último lance que antecede as escolhas impostas pela vida adulta. Daí resulta a importância de uma escola onde predomine o contato direto entre o educador e o aluno e onde os adolescentes, visando às suas futuras funções, possam fazer tentativas e auto-avaliações. Organizar o presente escolar de tal modo que o aluno aí adote uma atitude que ele poderá prolongar livremente mais tarde, fora da escola. (F.S.) 31.

37.015.4

MARTINS, Joel — *Educação das emoções*. F. São Paulo, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 17).

Estuda o momento presente por que a humanidade passa e, principalmente, as culturas em processo de desenvolvimento que se caracterizam por um período de ansiedades, mostrando que esses fenômenos se transmitem às crianças, através de tensões psicológicas refletidas pelas famílias.

Considera a saúde mental do indivíduo, como uma conseqüência imediata das experiências que ele possui, sendo uma das tragédias no processo de educação a prática e a política persistentes que levam as crianças à reprovação, à evasão escolar e à existência marginalizada, tanto na comunidade como na escola. (C.C.C.) 32.

37.015.6

Jost, Nestor — Uma experiência de educação para o desenvolvimento. *J. Brasil* supl. R. Econ. 15 mar. 1968.

Trata da problemática do desenvolvimento, que vem sendo objeto de grandes especulações, chegando à convicção de que o ensino é o mais importante fator de expansão da economia. Focaliza a atenção dispensada pelos países mais avançados aos problemas educacionais, considerando que maiores deverão ser as nossas preocupações, já que a produtividade extremamente baixa da economia brasileira se deve mais à deficiência de conhecimentos que à falta de instrumentos.

Provando a necessidade de acelerar a formação de engenheiros, técnicos e trabalhadores especializados, reclama o ajustamento dos currículos às necessidades do progresso tecnológico, uma vez que a escola brasileira não está respondendo plenamente às exigências deste progresso.

Declara que, para sanar esta deficiência, vem atualmente o Banco do Brasil realizando um treinamento intensivo e sistemático de seu pessoal em vários níveis, sendo realizado, em 1967, oitenta e oito cursos, dos quais participaram 3.215 funcionários, destinando-se os aludidos cursos à Administração, Crédito Agrícola e Industrial, Mecanização, Comunicações e Relações Humanas. (C.C.C.) 33.

SCHULTZ, Theodore W. — *O valor econômico da educação*. Trad. de P.S. Wernwck, Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 88p.

Analisa os "fatores econômicos", tratando depois de seu "custo" e "valor econômico" e finalmente aborda a "pesquisa incessante" que se desenvolve em torno o papel dos investimentos em capital humano, ou seja, em educação, na economia como um todo, inclusive sua contribuição para a redução da desigualdade na distribuição da renda. Bibliografia. (B.K.) 34.

37.018.58

A RESPONSABILIDADE DOS PAIS — *F. São Paulo*, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 9).

Trata de uma tentativa de resultados ainda não avaliados que está sendo feita na Escola Experimental da Lapa, num dos bairros mais populosos de S. Paulo, com o fito de estabelecer maior aproximação entre pais e filhos.

Entra em considerações acêrca da natureza da luta que os pais enfrentam, atualmente, na educação dos filhos, dando várias causas de separação entre as duas gerações, tais como o problema do progresso, a distância cultural etc. (C.C.C.) 35.

37.048.4:301.185.14

FREITAS, Eurídice — O estudo da situação familiar através da entrevista. *Arq. bras. Psicot.* 19 (4): 41-60, dez. 1967.

Considerando a importância do conhecimento familiar para a compreensão dos problemas de conduta humana, como reação a um complexo de fatores, focaliza o valor da entrevista como instrumento naquela investigação e fornecendo dados ao orientador vocacional inclusive para o planejamento de bateria de testes psicológicos a serem utilizados nos diferentes casos.

Mostra os pontos a serem abordados e destacados genericamente no estudo da estrutura, constelação e conteúdo cultural da situação familiar — número de membros, ausência ou presença dos cônjuges, idade dos pais, interação existente, número de filhos, ordem de nascimento, posição entre si, resposta dos filhos às atitudes dos pais em relação a eles, tendências decorrentes da dinâmica familiar, padrões de vida, atitudes e valores.

Refere-se, por fim, às implicações teóricas da situação-entrevista no plano interpessoal, social e psicológico, sem omitir contudo as suas limitações. (M.L.L.) 36.

37.058

CAMARGO, Alberto Mesquita de — Escola particular para todos. *F. São Paulo*, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 34-35).

Inicia comentando os diversos conceitos da educação através do tempo, atacando, em seguida, o tema chave do artigo — O Estado em face da escola particular — citando alguns pensadores educacionais, adeptos do ensino privado.

Frisa que o planejamento da educação só será integral, se atender ao ensino particular, considerando *antidemocrática* a idéia de que os problemas educacionais sejam da exclusiva alçada do Estado, mostrando que a ONU e a OEA recomendam apoio às escolas particulares.

Conclui afirmando que as leis do país prescrevem apoio técnico e financeiro à iniciativa privada, citando o art. 168, § 2.º, da Constituição Federal. (C.C.C.) 37.

371 (814.2)

TECNOLOGIA moderna leva cultura e progresso à juventude baiana — *J. Brasil*, *supl. R. Econ.* 15 mar. 1968.

Apresenta o quadro da educação da Bahia, mostrando o seu estado desolador no começo de 1967, com 700 mil crianças sem escolas primárias e, apenas, 28% dos jovens da zona urbana freqüentando os cursos de nível médio.

Tece considerações em torno do Plano de Emergência elaborado pela Secretaria de Educação para ser executado de abril de 1967 a abril de 1968, enquanto era preparado o Plano Trienal de Educação, a ser executado nos próximos três anos.

Focaliza a reforma administrativa da Secretaria de Educação, o Estatuto do Magistério, a TV Educativa, a ampliação das matrículas e a construção de salas de aula mediante convênio SUDENE-MEC-USAID-Governo do Estado.

Finaliza declarando que a Bahia é, hoje, o Estado que mais investe em educação, tendo o orçamento de 1968 destinado, da renda tributária, 22% para a execução dos programas educacionais, excluídas as despesas com o pessoal. Espera-se que, em 1970, os investimentos na educação sejam de 30%, pelo menos da renda tributária do Estado. (C.C.C.) 38.

371 (816.1)

SÃO PAULO na Escola — F. São Paulo, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 6-7).

A Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES) afirma que o Estado de S. Paulo só conseguirá vencer as últimas barreiras no caminho do desenvolvimento pleno, quando aos investimentos no setor da educação forem atribuídas as mais altas prioridades.

Analisa todo o ensino em S. Paulo, particular e público, nos diversos níveis, graus e ramos, acompanhando os diferentes itens com estatísticas elucidativas. (C.C.C.) 39.

317.02

OLIVEIRA, Alaíde Lisboa — *Nova didática*. Belo Horizonte, Bernardo Álvares S.A. 1968. 113p.

Estuda vários temas básicos de Didática Geral: O método, motivação, estudo dirigido, seminário escolar, medida do rendimento escolar, disciplina. Traça um paralelo entre a escola antiga e a escola nova: onde o professor deixa de ser o tipo autoritário, dominador, para se tornar o orientador compreensivo, cordial e colaborador de seus alunos. O aluno, por sua vez, deixa de ser o elemento passivo de seu grupo para se tornar um elemento ativo no processo da aprendizagem. O diálogo substitui o monólogo, tornando-se o ponto nevrálgico da tarefa docente. (E.B.A.B.) 40.

371.13 (815.4)

MARINHO, Heloisa — Formação do professor primário em nível superior. R. bras. Est. pedag. 47 (105): 141-152, jan./mar. 1967.

Tece considerações em torno da formação do professor primário no Estado da Guanabara, focalizando a difícil missão de educar e instruir alunos em qualquer nível de desenvolvimento, a qual exige formação superior do professor primário.

Trata dos cursos de formação de professores para o Ensino Normal, da teoria e prática de educação de 1.º grau, do currículo mínimo dos cursos pedagógicos das Faculdades de Filosofia, das suas normas de duração, acompanhando o trabalho quadros explicativos da matéria, organogramas etc. (C.C.C.) 41.

371.212.73

INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário. *Fenômenos da evasão e da repetência na escola primária brasileira; análise e recomendações*. Rio de Janeiro, 1968. 27p. ilust. (Sér. Estudos Educação Primária).

Este trabalho permite a visualização de: 1) fatores que atuam na passagem (fluxo) dos alunos pelas séries escolares do curso primário; 2) hipóteses

que correlaciona os fenômenos da evasão e repetência com possíveis causas internas; 3) sugestão de algumas medidas normalizadoras, tendo em vista o currículo, o aperfeiçoamento do professor, o estabelecimento de um sistema de promoção progressiva e a redistribuição da matrícula e salas de aula. (R.H.T.) 42.

371.217.42

DOCUMENTA. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação (75).  
Veja 37 (094.5).

371.263

TINKELMAN, Sherman N. — *Melhorando os testes na sala de aula*. Trad. e adapt. de Juracy C. Marques. Rio de Janeiro. USAID, Programa de Publicações Didáticas, 1967. 63p.

Faz um resumo do que atualmente existe na área de testes, de forma a servir de pronta referência, ajudando os professores interessados em melhorar a qualidade de seus métodos de verificação de aprendizagem.

Não é feita nenhuma referência ao currículo, a preocupação do manual não é "o que testar" mas sim "como testar".

Ensina a planejar os testes, escolha do tipo de questão, a elaboração de questões eficientes e os aspectos mecânicos da elaboração dos testes. Lista para revisão de testes utilizados nas escolas. Bibliografia. (B.K.) 43.

371.514

VASCONCELOS, Elza Carneiro de [et alii] — Valor das competições. SEEC-DEP, (7): 5-7, mar. 1968.

Interpreta as características da competição: a *natural*, que surge do desejo espontâneo de progredir, e a *organizada*, na qual devem ser alcançadas determinadas normas impostas pelos adultos em forma de recompensas e prêmios de estímulo.

Conclui que a melhor preparação para vida é dar "oportunidade para que a criança alcance uma personalidade sadia". (B.K.) 44.

371.62 (816.1)

LAMPARELLI, Celso M. [et alii] — Condições das instalações escolares. F. S. Paulo, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 91-93).

Frisa o contraste existente entre a situação extremamente precária das escolas periféricas e rurais e as de prédios modernos e requintados de alguns centros urbanos.

Mostra que as condições precárias poderão constituir um obstáculo intransponível na realização das tarefas escolares, especialmente se considerarmos o papel de integração social que elas são chamadas a desempenhar.

Comenta a situação do ensino rural e urbano em S. Paulo, ilustrando o artigo com quadros estatísticos de matrículas de 1950-1980 (estimativas) e de escolarização em 1.000 habitantes. (C.C.C.) 45.

371.643

ALVES, Elza Nascimento — A utilização das bibliotecas — *COLTED Not.* (4): 11-13, s.d.

Na escola tradicional, o livro-texto constituía a única base para a aprendizagem. Com o movimento ativista da Escola Nova o livro-texto ficou em segundo plano, passando o educador a se preocupar com a aprendizagem através de vivências. Atualmente, constitui um meio de enriquecimento da experiência do aluno. Sugere algumas medidas de ordem prática no sentido de obter a contribuição efetiva do pessoal docente e administrativo da escola. Como exemplo, cita a inclusão, em caráter opcional, de noções de biblioteconomia e literatura infantil no currículo das escolas normais. (E.B.A.B.) 46.

371.671.1

ABU-MERHY, Nair Fortes — Avaliação e uso dos livros em classe: nível médio. *COLTED Not.* (4): 27-29, s.d.

Examina a formulação de critérios orientadores para aquisição de livros a serem utilizados em classe, baseando-se na qualificação do autor, editora, aspectos materiais, tema ou assunto, fontes utilizadas. (E.B.A.B.) 47.

ARAÚJO, Maria Ivonne Atalécio — Avaliação e utilização do livro-texto na escola primária. *COLTED Not.* (4): 15-25, s.d.

A escola primária brasileira necessita de uma reestruturação quantitativa e qualitativa. Torna-se necessário combater as causas relacionadas ao aluno, professor, currículo e material. Um dos objetivos da COLTED é superar em conteúdo o método, o que há de deficiente nos cursos de formação, nos currículos e programas. Fornece alguns critérios de seleção e utilização do manual para o professor. Caracteriza-o como um orientador indispensável que dará as diretrizes, os objetivos, a didática, a matéria e as sugestões para o uso do livro-texto. (E.B.A.B.) 48.

AZEVEDO, Celso Ming — Estudante sem livros. *F. de São Paulo*, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 104-105).

Relata que no Brasil, nas regiões menos desenvolvidas, ainda é muito difícil a um estudante conseguir os livros de que precisa, por serem muito raros ou caros demais.

Mostra o esforço do IBECC e da Fundação do Livro Didático em S. Paulo e do Ministério da Educação, através da COLTED, para fornecer aos estudantes livros melhores e mais baratos.

Termina entrando em considerações sobre as bibliotecas infantis e seu papel preponderante na melhoria de nível cultural da população escolar. (C.C.C.) 49.

371.8.061.001.5

INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — *Caracterização sócio-econômica do estudante universitário*. Rio de Janeiro, 1968. 440p. multilit. (Publ. CBPE. Sér. 8 Pesquisas e Monografias, 3).

Esta pesquisa promovida em 1965 pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais em cooperação com os Centros Regionais e as Universidades do Ceará, do Paraná e de Brasília, teve por objetivo estudar a situação sócio-econômica do estudante do ensino superior, verificando ainda as possíveis variações dessa situação de acordo com as localidades, faculdades e ramos de ensino pesquisados.

Para o levantamento dos dados, elaborou-se um questionário incluindo itens agrupados nas seguintes categorias: 1) o estudante: sexo, idade, estado civil, nacionalidade, naturalidade etc.; 2) a família; 3) a vida escolar; 4) a situação sócio-econômica do estudante e sua família: nível ocupacional dos pais e irmãos e do próprio estudante etc. Utilizou-se, para os níveis ocupacionais, a escala adotada por Bertram Hutchinson.

A pesquisa abrangeu tôdas as escolas superiores sediadas nas capitais dos Estados, limitando-se, porém, aos alunos da primeira série dos cursos de graduação.

As informações obtidas são apresentadas nesse volume, obedecendo ao seguinte critério: 1) Descrição dos resultados gerais para o total de estudantes pesquisados objetivando caracterização ampla do universitário brasileiro; 2) os dados relativos às localidades estudadas foram analisados separadamente, a fim de possibilitar o conhecimento da situação específica de cada centro urbano; 3) alguns ramos como Medicina, Direito, Economia e Ciências Sociais foram estudados isoladamente, procurando-se verificar semelhanças e diferenças entre os estudantes destas modalidades e o conjunto de primeiranistas; 4) Em apêndice, detalharam-se aspectos como: matrícula, freqüência e opinião dos estudantes. (R.H.T.) 50.

372.41

ANDRADE, Astrogildo de C. de Paes de — *Considerações em torno de problemas das classes iniciais — a leitura, SEEC-DEP. (7): 8-11, mar. 1968.*

Considera que a aprendizagem não é um produto e, sim, um processo, por esta razão a criança deve ser levada a “se ensinar a crescer” proporcionando-se-lhe situações ricas e onde ela possa livremente “descobrir o mundo”. Há divergências sobre o melhor método de ensinar a ler mas todos tentam um caminho sistemático e que dê oportunidade para uma aprendizagem consciente de acordo com os interesses infantis de maneira natural e agradável. Há necessidade de uma prontidão para leitura, e uma vez atingida, pode-se pensar em atividades imediatamente relacionadas com a leitura na classe aproveitando uma situação natural, dentro do campo de interesse da criança, libertando-a da “aulinha de leitura”. (B.K.) 51.

372.46

BACHA, Magdala Lisboa — *O ensino de leitura da 2.ª à 6.ª série primária*. Belo Horizonte. MEC-INEP-CRPEJP, 1966. 225p. ilustr.

Pesquisas descobriram muitas e variadas habilidades no ato de ler que envolvem, entre outras, o reconhecimento das palavras, compreensão da relação dos termos uns com os outros, com frases e orações; apreciação da seqüência dos fatos; percepção dos pensamentos principais e dos pormenores; análise crítica do objetivo do autor; reação às idéias etc.

Apresenta um estudo sobre essas habilidades e sugestões para a organização de um programa que possa auxiliar a criança a evoluir em leitura e a se interessar por ela profunda e permanentemente. Bibliografia. (B.K.) 52.

372.8 (024.7)

CUNHA, Maria Antonieta Antunes — *Como ensinar literatura infantil*. Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares SA., 1968. 96p.

Está dividido em unidades didáticas, tendo como centro um tópico da literatura infantil. Cada unidade apresenta noções sobre o tópico a ser estudado, estudo de textos e sugestões de trabalhos.

As unidades versam sobre: a situação e extensão da literatura infantil; as características da boa obra para crianças; funções da literatura infantil; adequação do livro à idade da criança; teatro para crianças; poesia para criança; folclore — sua utilização na escola e bibliografia. (B.K.) 53.

372.891:371.673

DEUSDARÁ, Terezinha — *Mapas e Globo no ensino de Estudos Sociais*, Belo Horizonte. MEC-INEP-CRPEJP, 1966. 109p. ilustr.

Focaliza os conhecimentos básicos para a leitura de mapas e globo e mostra como ensinar esta leitura às crianças da escola primária. (B.K.) 54.

373.3

INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos. Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário. *Objetivos da educação primária*. Rio de Janeiro, 1968. 11p. ilustr. (Sér. Estudos Educação Primária).

Analisa os fundamentos legais da educação no Brasil, pretendendo fornecer um instrumento para avaliação e planejamento de programas de curso primário e que constitua para os líderes educacionais mais uma fonte de ajuda no desenvolvimento de suas atividades pedagógicas.

Refere-se ao mínimo necessário como finalidade de todos os programas escolares primários e ilustra com quadro de referências, dentro do qual objetivos deveriam ser determinados e aplicados.

O quadro B trata das responsabilidades da escola primária, do ponto de vista biológico, psicológico e social. (E.B.A.B.) 55.

373.3 (05)

REVISTA do Ensino. Pôrto Alegre, Secretaria de Educação e Cultura, 15 (155) 1968. 64p. ilustr.

Entre os artigos mais significativos, está o estudo comparativo entre leitura, segundo o ensino tradicional, e leitura de acôrdo com a metodologia baseada nas atuais técnicas biopsicopedagógicas. Analisa temas de psicologia da aprendizagem como: percepção-base da formação de atitudes, o esquecimento e a retenção. Discute na seção de estudos sociais, o problema das migrações internas. (E.B.A.B.) 56.

373.3:37.014.542(813.4)

CARVALHO, Marilene Machado de — Problemas e planos do ensino primário. SEEC-DEP, (7): 12-15, mar. 1968.

É obrigatório mas não é fácil promover a educação gratuita a tôdas as crianças até 11 anos de idade. O maior problema é o financeiro. Tentando conseguir índices melhores de educação, foram baixadas "Normas básicas para o planejamento de educação no Estado de Pernambuco" (Lei n.º 6.014, de 13-10-67). Dentro destas normas, o Estado pretende proporcionar escola gratuita até 1975, abrangendo paulatinamente a cidade do Recife, depois outras cidades, distritos e setores rurais. Aborda as medidas adotadas para 1968: educação gratuita obrigatória, prioridade a crianças dentro da faixa de idade entre 7 e 11 anos; utilização do sistema de folga de alunos em rodízio para melhor aproveitamento das salas de aula; localização de professoras concursadas dentro das necessidades das escolas (inclusive 700 na zona rural); maior articulação da diretora com a supervisora; currículo escolar de acôrdo com a realidade nordestina; participação das professoras nas Jornadas Pedagógicas etc. (B.K.) 57.

373.5 + 378

CHAGAS, Valnir (relat.) — Articulação da escola média com a superior. Documenta, (79): 92-115, dez. 1967.

O relator da Comissão especial designado para estudar o problema da articulação da escola média com a superior, apresenta trabalho devido em cinco tópicos: 1.º Considerações preliminares onde focaliza a matéria de um ângulo puramente teórico. 2.º Em relação à escada teórica de evasão escolar, apresentada no item 1, analisa o comportamento de três países dentre os mais desenvolvidos no mundo atual (USA, Grã-Bretanha e União Soviética) e, por outro lado, a posição do Brasil. O que basicamente distingue os países estudados é a sua maior ou menor seletividade e partir de quando se esboça a formação de *elites* culturais, científicas e técnicas. Quanto ao Brasil, aponta o desequilíbrio na relação candidatos-vagas, desarticulação dos graus de ensino e decisão antecipada sôbre o curso profissional a seguir como causas que geram o vestibular pretensamente organizado por disciplinas e noções específicas resultando: a) deformação dos estudos próprios da escola média em face da opção que o aluno é forçado a realizar; b) proliferação dos "cursinhos"; c) excesso de procura nas carreiras de maior prestígio com desequilíbrio da rede escolar de ensino superior; d) repetição indefinida de vestibular ou

escolha pelo maior número de vagas existentes. 3.º) É necessário que todo sistema escolar se organize com a dupla característica: de continuidade e terminalidade. 4.º) Todo colégio deverá incluir no seu currículo um núcleo geral de ciências e humanidades e uma parte profissionalizante que se estruture por meio de opções tão variadas quanto o exijam as necessidades do mercado de trabalho e o permitam as possibilidades de cada estabelecimento como prescreve a LDB. A solução para os "excedentes" seria criar um tipo de cursos menos ambiciosos com um ou dois anos de duração, semelhante aos "Vocational Junior Colleges" americanos.

Finalizando, apresenta uma série de conclusões e recomendações para melhor articulação do ensino médio, fixando a competência do Conselho Federal de Educação na reorientação que se preconiza. (B.K.) 58.

### 373.5 + 378.046.4

**SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento do Nordeste.** Departamento de Recursos. Departamentos de Recursos Humanos, Divisão de Treinamento — *Oportunidades de treinamento no Brasil*. Recife, 1967. 87p. mimeogr.

Catálogo de instituições que oferecem cursos de aperfeiçoamento para pessoal de nível médio e nível superior, contendo informações básicas sobre cada um dos cursos de treinamento existentes. Em anexo, relação de cursos considerados de interesse, extraída de publicações da CAPES, "Cursos de Pós-Graduação" (mestrado e doutorado) e cursos de especialização e aperfeiçoamento — (cursos de extensão). Índice geográfico. (B.K.) 59.

### 373.5:31

**CAMPANHA Nacional de Educandários Gratuitos** — *Estatística 1967*, Ano letivo 1967; municípios, educandários, turmas, cursos, alunos. Rio de Janeiro, Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, 1967. 55p.

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos — C.N.E.G. é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1943, em Pernambuco, e hoje difundida em todo o Brasil, conforme documentam os dados estatísticos apresentados nesta publicação. Mantém atualmente 781 educandários com 1.037 cursos em 645 municípios atendendo 161.250 estudantes. Apresenta relação dos estabelecimentos e cursos de ensino médio, por município de cada Estado, assinalando, ainda, as percentagens de turmas, alunos e professores e seu crescimento no período de 1943 a 1967. (M.L.L.) 60.

### 376.4

**ADRADOS, Isabel** — Os excepcionais. *Arq. bras. Psicot.* 19 (4): 95-105, dez. 1967.

Conceitua o excepcional como a criança diferente da maioria, seja ela super ou infradotada intelectualmente.

Refere-se mais explicitamente ao oligofrênico. Distingue e caracteriza os diferentes tipos — dependentes, adestráveis e educáveis — em função de sua capacidade de treinamento, e aponta as possíveis causas endógenas e exógenas daquela deficiência.

Alerta para a psicodinâmica do deficiente mental e o que se deve considerar para um diagnóstico seguro do caso: desde o QI, exames clínicos, neurológico, psiquiátrico, ortofônico, provas de personalidade, à investigação dos antecedentes familiares e integração atual da criança no seu meio social e familiar. Salienta a orientação que merecem os pais de tais crianças, cujos casos exigem cuidados especiais ou mesmo internamento em instituições apropriadas, conforme ilustração apresentada. (M.L.L.) 61.

376.76

FERREIRA, Evaldo Dantas — ...Ainda que tarde *F. São Paulo*, 18 fev. 1968, (supl. especial).

Tece considerações sobre o problema do analfabetismo no Brasil, registrando o resultado do Censo de 1960: 18 milhões de analfabetos numa população de 70 milhões de brasileiros acima de 10 anos de idade.

Frisa que o estudo básico para a alfabetização funcional e de educação de adultos, preparada pelo DNE, para todo o Brasil, foi feito a partir de uma ampla visão do problema, incluindo experiências em cursos oficiais estaduais ou municipais e particulares.

Trata do problema da evasão escolar, dando novos conceitos de alfabetização de adultos, colocada como parte de uma política educacional planejada com objetivos a curto, médio e longo prazos. (C.C.C.) 62.

377.3

ATUALIZAÇÃO do conceito de formação profissional — *Com. & Merc.*, 2 (5): 15-21, jan. 1968.

Partindo da afirmação de que o despreparo de menores que trabalham no Brasil cria um conflito entre trabalho e educação, faz um estudo da necessidade de uma reformulação do conceito de formação profissional. Analisa o desenvolvimento em função da educação e a Recomendação n.º 117 da OIT, que, em linhas gerais, diz da necessidade de maior contribuição da escola fundamental para maior satisfação dos imperativos da sociedade — ampliação da formação profissional e técnica. Estes mesmos princípios receberam apoio nas recomendações da UNESCO sobre ensino e formação técnica e profissional (1962). Focaliza a realidade brasileira, suas características de subdesenvolvimento e sua diferença cultural (dados estatísticos). (B.K.) 63.

ENSINO Industrial. *F. São Paulo*, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 44-45).

Estuda a situação do parque industrial paulista, tecendo considerações em torno da mão-de-obra para o desenvolvimento, analisando detalhadamente as diferentes categorias técnicas dos trabalhadores industriais.

Trata dos sistemas de formação profissional, fazendo um retrospecto das escolas técnicas, liceus de artes e ofícios até o advento do SENAI.

Termina apresentando as atividades do SENAI nos 25 anos de existência. (C.C.C.) 64.

377.3

PASQUALE, Carlos — SENAI: Empresa a serviço do bem comum. *R. bras. Est. pedag.*, 47 (105): 162-164, jan./mar. 1967.

Discurso de posse como diretor do Departamento Regional do SENAI em S. Paulo. Enaltece os objetivos amplos que sempre nortearam a ação do SENAI e ressalta a importância que deve ser dada à sua obra social. (B.K.) 65.

VILAS BOAS, Maria Violeta — A formação profissional no SENAC. *Com. & Merc.*, 1 (6): 6-14, fev. 1968.

Mostra a penetração do SENAC nas empresas e a sua orientação, substituindo o "ensino em cooperação" (convênios) pelo ensino voltado para os objetivos do comércio. A intenção social e a marca da entidade. Promove o progresso do país e conseqüentemente o bem-estar social, desenvolvendo os recursos humanos. Aborda a filosofia e política educacionais do SENAC; a evolução de seu ensino (em 21 departamentos regionais em vários Estados); a orientação pedagógica e a metodologia de formação profissional baseados em métodos e processos atualizados. ("Métodos de Casos", "Rolé-play", "Sistema de Empresas de Treinamento" e as "Lojas-escola" destacando o "estudo dirigido" e o "centro de interesse". (B.K.) 66.

377.5:62

BLOGNA, Ítalo — Os cursos de engenharia operacional. *R. SENAI*, 23 (90): 6-7, jan./mar. 1968.

Os objetivos da Engenharia Operacional são satisfazer às necessidades específicas de mão-de-obra de determinadas concentrações industriais. Inserindo na carreira de Engenharia Industrial mais um curso com 3 anos de estudo e formação essencialmente tecnológica, pretende liberar os engenheiros de formação universitária (5 anos) para trabalhos de planejamento, pesquisa, projeto etc.; contribuir para solucionar o problema do crescente aumento de candidatos aos cursos de Engenharia.

Localiza os cursos somente em regiões de forte "desenvolvimento industrial típico" e caracteriza cada modalidade de curso pela especialização "restrita não genérica"; entrosa sistematicamente a direção do curso com as empresas. Alerta que tendências indiscriminadas para a criação de tais cursos podem sofrer conseqüências como: conceituação falsa, situação desfavorável ao exercício profissional dos engenheiros formados em cursos de 5 anos em face das menores exigências salariais dos novos profissionais etc. (B.K.) 67.

378

DOCUMENTA, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação, (78).  
Veja 37 (094.5).

378

LIRA FILHO, João — *A crise da Universidade*. Campina Grande, (Pb), 1967. 8p.

Crise na Universidade significa mudança profunda e revisão radical de velhas estruturas.

O ideal dos jovens de hoje é único: luta pelo desenvolvimento econômico, pela extinção das tutelas internacionais, pela diversificação racional das atividades profissionais, pela promoção social dos grandes estratos de população e pela radicação dos rurícolas ao meio.

Dá ênfase especial à urgência na atualização das estruturas universitárias acreditando que a adequação orgânica de um povo independe da ação programática dos governantes, ela é própria das elites culturais a cargo da Universidade.

Considera que a função da Universidade brasileira se fixa em dois pontos: 1.º) a Universidade precisa comunicar-se mais à sociedade ou ao povo; 2.º) os professores universitários devem aos alunos, pessoalmente, uma comunicação mais cordial e assídua. (B.K.) 68.

VAL Zeferino — *Patologia da Universidade*. F. São Paulo, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 66-67).

Dá os objetivos da Universidade, tecendo considerações em torno dos sintomas de disfunção, da mediocridade e meia-ciência das carreiras superiores no Brasil.

Cita várias causas responsáveis pela decadência universitária, tais como: o rendimento dos docentes, o alheamento da realidade social, o compadrio etc., concluindo que apesar das exceções honrosas, havemos de reconhecer que a estrutura é arcaica, fragmentária, estática e essencialmente individualista. Torna as nossas universidades incapazes de incorporar, dinamicamente, as conquistas da ciência, acrescentando a desvantagem dos cortes orçamentários aumentarem de ano a ano. (C.C.C.) 69.

378:301.175

TRIGUEIRO, Durmeval — *O ensino superior face às mudanças sociais*. F. São Paulo, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 73-75).

Mostra que a sua tese consiste em ligar a expansão universitária ao desenvolvimento, fixando uma perspectiva de reforma da Universidade, mediante a qual ela venha oferecer respostas válidas à própria expansão da sociedade e às suas transformações.

Dá as coordenadas de como se fazer a expansão universitária, considerando, outrossim, os problemas da autonomia eficiente, da política de pleno emprego, dos efeitos e causas da mudança e da inflação negativa. (C.C.C.) 70.

378:31

CARNEIRO JÚNIOR, David [et alii] — O sistema estatístico da educação superior. [Documento apresentado à] 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, mai./jun. 1968. Rio de Janeiro, ERGO, Consultoria Econômica e Estatística [1968] 115p. mimeogr.

Analisa o funcionamento do atual sistema estatístico da educação superior procurando situar o papel d'este na tarefa de planejamento educacional e concluindo que as estatísticas bem diversificadas e coletadas, com a máxima precisão possível, é condição indispensável para o bom desempenho da função do planejador educacional.

Na segunda parte, sugere uma reformulação básica na implantação de serviços estatísticos especializados junto às próprias fontes dos dados, ou seja, as Universidades, com a criação de um único órgão estatístico para toda a Universidade, ligado diretamente à Reitoria, fazendo um estudo detalhado do organograma universitário.

Na terceira parte, descreve e analisa os métodos de trabalho a serem adotados na execução das atividades estatísticas dentro das Universidades.

Em anexo, apresenta o plano básico de estatísticas anuais, os modelos de formulários para a coleta de dados e o plano básico de apresentação tabular. (B.K.) 71.

378:33

DELFIN NETO, Antônio — As oportunidades, os problemas e a estratégia para melhorar no Brasil o treinamento universitário em economia [Documento apresentado ao Seminário de Itaipava sobre problemas da economia e da pesquisa econômica no Brasil, 4 a 6 mar. 1966] *R. bras. Econ.* 20 (4): 9-18, dez. 1966.

Define o conceito de economista lamentando a dificuldade no atendimento da demanda desses especialistas, devido à falta de preparo profissional da maioria, concluindo pelas oportunidades excelentes que existem para o estudo da Economia. Aponta duas dificuldades básicas: a formação profissional, que não é razoavelmente balanceada e a concentração geográfica dos núcleos já em expansão. Indica, como estratégia fundamental, um sistema que eliminasse as dificuldades acima apontadas, além de uma concentração dos problemas regionais e que após alguns anos pudesse independe da ajuda externa. A idéia seria estabelecer inicialmente um *curriculum* mínimo com a ajuda de professores estrangeiros, criando-se paralelamente cursos de pós-graduação.

Explica como funcionariam tais cursos e indica a estratégia geral para elevar a qualidade do ensino e sua permanente atualização. (B.K.) 72.

FERREIRA, Manoel Orlando — A formação do economista no Brasil [Documento apresentado ao Seminário de Itaipava sobre problemas da economia e da pesquisa econômica no Brasil, 4 a 6 de mar. 1966] *R. bras. Econ.* 20 (4): 31-38, dez. 1966.

Em face da inflexibilidade da lei que regulamenta a profissão, ressalta a importância de se entender quais os conhecimentos técnicos que a lei bra-

sileira exige do economista. Analisa o primeiro dispositivo legal que regulamenteou o ensino da economia no Brasil (Dec. n.º 20.158, de 30/7/31) e o segundo (Dec.-Lei n.º 7.988, de 22/12/45) que inicia a evolução do ensino da economia.

Aponta como sendo os elementos básicos de uma estrutura de programa de assistência técnica no processo de treinamento do economista: a) fortalecimento e aperfeiçoamento dos programas atuais de treinamento; b) difusão bibliográfica; c) preparação de líderes; d) associação cultural. (B.K.) 73.

378.014.3

DOCUMENTA. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação (76).

Veja 37 (094.5).

\_\_\_\_\_ Rio de Janeiro, Conselho Federal de Educação (77).

Veja 37 (094.5).

378.014.542

CÓRTEZ, José Guilherme Pinheiro & SOUSA, Edson Machado de — Como planejar Universidade? *J. Brasil. supl. Econ.* 15 mar. 1968.

Analisa a problemática do ensino superior brasileiro, as falhas e defeitos que apresenta, as sugestões válidas que têm sido formuladas, para solução dos problemas específicos e a sua não execução, em virtude de seu relacionamento com medidas de caráter global, as quais teriam um lugar mais apropriado num plano geral para o sistema de ensino superior.

Ressalta o esforço que tem sido desenvolvido pelo Conselho de Reitores das universidades brasileiras, no sentido de prover as administrações universitárias de pessoal capacitado, mediante cursos rápidos de treinamento.

Entra em considerações sobre o problema dos cortes nas verbas orçamentárias das Universidades, algumas reduzidas a 40% ou menos, como aconteceu com a Universidade Federal do Pará em 1968.

Estuda a fórmula do planejamento, o diagnóstico, como a sua primeira etapa, visando a um conhecimento tão profundo quanto possível da situação atual, da evolução histórica recente e dos problemas colocados para o futuro.

Termina, mostrando que o planejamento nas Universidades terá êxito na medida em que conte com o suporte de uma organização administrativa melhor do que a atual e em maior confiança entre as direções universitárias e os grupos de planejamento. (C.C.C.) 74.

EDUCAÇÃO: pré-requisito para o desenvolvimento. Governo brasileiro ajusta o ensino superior à realidade nacional. *F. São Paulo*, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 60-65).

Declara que o ensino superior no Brasil se acha em fase de transição, frisando que a educação no Brasil é um problema de segurança nacional. Os projetos em andamento na Diretoria do Ensino Superior para executar ple-

namente a reforma que urge, condicionam o desenvolvimento nacional à qualificação da força de trabalho e ao fortalecimento da base científica e tecnológica da Nação.

Considera a educação como um setor prioritário e estratégico que ganha significado de investimento quando o fluxo de atendimento e preparação escolar está relacionado ao processo de absorção de mão-de-obra da vida produtiva nacional.

Demonstra, em quadros elucidativos, a relação íntima entre educação e desenvolvimento, refletindo, também, esses quadros a desproporção que o panorama educacional brasileiro apresenta em relação a outros países do mundo. (C.C.C.) 75.

378.014.543

SILVA, Gustavo Sá e — Financiamento da educação superior. *F. São Paulo*, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 81).

Entra em considerações sobre a gratuidade do ensino, fazendo um estudo comparado do ensino superior em vários países.

Analisa as fontes de recursos financeiros para a educação superior e defende a tese de que o ensino pago é democrático, fornecendo a solução para o problema no âmbito nacional, através de bolsas-de-estudo e outros auxílios. (C.C.C.) 76.

378.046.4

MACIEL, Rubens — Cursos de pós-graduação. *R. bras. Est. pedag.* 47 (105): 91-101, jan./mar. 1967.

Analisando os cursos de pós-graduação, mostra que eles não obedecem a um entendimento uniforme e tanto podem ser tomados em caráter estrito — curso de âmbito geral para ampliar e aprofundar conhecimentos — como considerados em sentido lato e aplicado a qualquer curso em que a graduação prévia seja requisito obrigatório de ingresso.

Comenta as proporções atuais do problema dos cursos de pós-graduação, dá as suas perspectivas futuras, os aspectos legais e regulamentares, os objetivos, a sua duração e estrutura, coordenação e atividade docente.

Conclui considerando que, nas condições atuais da conjuntura educacional brasileira, a necessidade de aprovação dos cursos de pós-graduação pelo C.F.E. parece medida de prudência e segurança a que não é conveniente fugir. (C.C.C.) 77.

378.046.4:33

SIMONSEN, Mário Henrique — O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil [Documento apresentado ao Seminário de Itaipava sobre problemas da economia e da pesquisa econômica no Brasil, 4 a 6 mar. 1966] *R. bras. Econ.* 20 (4): 19-30, dez. 1966.

Dá as características gerais do ensino de economia nas universidades brasileiras, apontando os defeitos mais freqüentes. Ressalta a necessidade da extensão pós-universitária onde sejam previstos cursos cuja finalidade exclusiva

seja a de suprir as lacunas deixadas pelas Faculdades, com currículos e duração dos demais cursos adaptáveis às deficiências do ensino universitário. Classifica três tipos de cursos de extensão pós-universitária no campo da economia: a) cursos de revisão e formação; b) escolas de pós-graduação; c) cursos de especialização.

Cita os objetivos das escolas de pós-graduação em economia, enumera os requisitos para seu funcionamento, os programas para o curso de mestrado, transcrevendo, a título de exemplo, o currículo e a carga horária da escola de pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, durante 1966. (B.K.) 78.

378.096:37

CHAGAS, Valmir — Faculdade de Educação e a renovação do ensino superior. *R. bras. Est. pedag.* 47 (105): 102-115, jan./mar. 1967.

Trata do ensino superior, considerando que uma escola será tanto mais "superior" em processo como em resultados, quanto mais se ajuste à "idéia de universidade" e à sociedade a que serve em cada momento histórico. É a característica de excelência que distingue ou deve distinguir o ensino superior dos níveis escolares que o precedem.

Estuda a Faculdade de Educação no contexto do ensino superior, mostrando que a simples justaposição de ensino superior e Faculdade de Educação, feita assim com deliberada seleção de aspectos convergentes, já antecipa claramente a influência renovadora que esta poderá ter sobre aquêle, o que se torna ainda mais patente quando visto "de perto", quando passa da justaposição à inserção da parte no todo.

Conclui afirmando que a crítica lançada à Universidade, constituída em torre de marfim, tem uma conotação econômico-social que não pode ser desprezada, além de uma natureza educacional, traduzida na indiferença com que administradores e professores de nível "superior" ignoram o ponto de vista da escola de segundo grau, cuja obra continua no terceiro.

O importante não é que se promova, de tempos em tempos, a renovação de unidades ou sistemas completos de ensino superior e sim dar a tais órgãos a *capacidade de renovar-se constantemente*, e para isso influirá muito a Faculdade de Educação. (C.C.C.) 79.

378.1

TRIGUEIRO, Durmeval — Governo da Universidade. *R. bras. Est. pedag.* 47 (105): 68-90, jan./mar. 1967.

Considera a Universidade a única instituição que se insere no Estado e o transcende, não podendo ser governada pelas idéias de um partido ou de um grupo ou de uma preferência intelectual de humanistas, cientificistas ou de tecnólogos.

Destaca o "problema" da "pessoalidade e impessoalidade" da liderança, desenhando novo perfil de reitor como expressão de uma nova universidade.

Dá os caminhos da reforma — nova inteligência da universidade, nova sensibilidade para os valores emergentes da sociedade moderna — e a crise muitas vêzes manifestada sob a forma de revolta.

Trata, outrossim, da prioridade do professor, do diálogo universitário e seus fundamentos filosóficos, das responsabilidades do governo universitário (a nova paidéia, os problemas do meio, a política das Universidades e a política do Governo, sugestões para nova sistemática: as Fundações e os "grants", a perspectiva nacional e o método de negociação).

Termina afirmando que se torna imperiosa a instituição de novo sistema de relações entre as universidades e o governo, destacando-se nêlo os seguintes itens: a) quanto à *autonomia administrativa*; b) quanto à *distribuição de recursos federais*; c) quanto à *cooperação técnica*. (C.C.C.) 80.

378.32

LISANTI FILHO, Luís — Bôlsas-de-estudo e estágios técnicos. *R. bras. Est. pedag.* 47 (105): 116-128, jan./mar. 1967.

Frisa que a concessão de bôlsas-de-estudo e dos estágios pode e deve ser vista de diversos ângulos, tanto como um investimento que oferece vantagem para o país que a concede, de não ter que deslocar capitais, quanto para o país beneficiado, como um meio eficiente para a formação e aperfeiçoamento de seus quadros.

Dá, pormenorizadamente, o exemplo do caso francês, para servir de modêlo. O trabalho é ilustrado com quadros estatísticos sôbre o assunto. (C.C.C.) 81.

378.4:282(816.1)

PONTIFÍCIA Universidade Católica de S. Paulo. *F. São Paulo*, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 78).

Faz um ligeiro histórico sôbre a PUC de S. Paulo, enumerando as diversas unidades incorporadas, mantidas as instituições agregadas e suas respectivas entidades mantenedoras.

Trata, pormenorizadamente, do seu Instituto de Psicologia, focalizando o circuito fechado de televisão, o teatro universitário (TUCA), as publicações etc. (C.C.C.) 82.

378.4:282:37.014.3(816.1)

REFORMA da Universidade Católica — *F. São Paulo*, 18 fev. 1968 (supl. especial p. 79-80).

Demonstra que o desenvolvimento da sociedade superou a organização das universidades brasileiras e que a P.U.C., em S. Paulo, foi a primeira instituição a chegar a um projeto definitivo de mudança de estrutura.

Focaliza as falhas da estrutura federativa, dando as coordenadas da nova universidade católica, formada de três tipos de órgãos: os centros, as faculdades e os órgãos complementares. (C.C.C.) 83.

378.4(8=6)

TEIXEIRA, Anísio — Aspectos da reconstrução da Universidade Latino-Americana. *R. bras. Est. pedag.*, 47 (105): 55-67, jan./mar. 1967.

Veja B.B.E. V. 15 n. 2, item 69.

84.

## 378.4(813.1)

AIRES, Durval — *A Universidade Federal do Ceará e sua dimensão no Nordeste em mudança*. Fortaleza, Impr. Universitária do Ceará, 1967. 65p. ilustr.

A principal justificativa e definição da Universidade do Ceará é "uma vinculação da atividade universitária aos problemas de desenvolvimento no duplo aspecto da pesquisa e do ensino, do estudo da ecologia e da formação de cientistas e técnicos".

Foi evidenciado o despertar do desenvolvimento para o Nordeste: com a realização do Curso de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Econômico (patrocinado pelo Banco do Nordeste), o surgimento de um grupo de trabalho (para estudar as necessidades e possibilidades do Polígono das Sêcas posteriormente transformado na CODENO — Coordenação do Desenvolvimento Econômico do Nordeste — e do qual se originou a SUDENE), juntamente com o estatuto da Universidade do Ceará que possibilitava a modificação, em profundidade de sua estrutura e consolidava o princípio da autonomia, ensejando uma ação mais direta sobre o meio a que devia servir.

Para investigação científica, a Universidade do Ceará criou os Institutos de Pesquisas, compreendidos em: Institutos Básicos e Institutos de Pesquisas.

De um convênio assinado entre a Universidade e o Banco do Nordeste, foi instalado o Centro de Produtividade do Nordeste (CEPRON), cuja finalidade principal é ministrar cursos intensivos para homens de empresa. Mais dois convênios entre a Universidade e a Aliança para o Progresso (USAID — Brasil) foram assinados: o primeiro para treinamento e formação de técnicos em engenharia industrial e o outro visava à implantação de pequenas e médias indústrias nas zonas eletrificadas da região sul do Estado. (B.K.) 85.

## 378.4(816.11)

FERRI, Mario Guimarães — *U.S.P.: Reestruturação e adequação às necessidades do momento*. F. São Paulo, 18 fev. 1968. (supl. especial p. 76-77).

Tece considerações sobre a Universidade de S. Paulo, frisando que ela possui 17 estabelecimentos de ensino superior, 11 institutos de pesquisa, 33 centros de estudos especializados, anexos a diversas cátedras de várias Faculdades. Isso, sem contar as autarquias, os museus, os hospitais, a editora, a documentação etc.

Afirma ser evidente a necessidade de reestruturar a U.S.P., reunindo todas as Faculdades e Institutos, praticamente estanques, numa instituição universitária verdadeiramente integrada, atendendo melhor às necessidades atuais.

Analisa, detalhadamente, todos os ângulos do problema da reestruturação, preconizando, ao lado da reforma cultural, uma reforma administrativa, a fim de que a administração não entrave os trabalhos de docência e pesquisa. (C.C.C.) 86.

378.4(816.9)

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia. *25 anos de atividade (1942-1967)*. Pôrto Alegre, 1967. 137 p.

A criação da Faculdade de Filosofia resultou numa série de movimentos culturais, bibliotecas, livrarias, teatro, galerias e escolas que surgiram e se multiplicaram na cidade dando à juventude novos horizontes. Focaliza o histórico da Faculdade e sua estrutura baseada em seu novo regimento (a partir de 1964), composto dos seguintes departamentos: Matemática, Física, Química, Geociências, Ciências Biológicas, Psicologia, História, Ciências Sociais, Letras, Filosofia e Educação.

Em ordem cronológica, dá a disposição de seu corpo docente, discente e administrativo, transcreve os decretos legislativos e a documentação existente na Faculdade. Descreve as atividades anexas e as extracurriculares. Inclui lista de publicações. (B.K.)

87.

001.83

SCARABÔTOLO, Hélio A. — *A cooperação internacional em educação, ciência e cultura*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1968. 88p.

Reúne conferências e informações que versam temas ligados à política cultural internacional.

Após salientar a importância das relações culturais internacionais no contexto da política exterior de um país, divide, no caso específico do Brasil, os campos de atuação desta política nas seguintes áreas: de divulgação da cultura brasileira; áreas onde se buscam aprimoramento; áreas de ação através dos organismos culturais internacionais; e áreas específicas de integração cultural.

No discurso pronunciado na Reitoria da Universidade do Brasil (janeiro, 1965), por motivo do aniversário de Ruben Dario, faz um estudo sobre a "Política Cultural e a Integração Latino-Americana".

Apresentando um esboço sobre a política científica (pelo essencial da integração ciência-humanismo) no 1.º Simpósio da Integração Ciência-Humanismo (São Paulo, dez. 1967) aflora alguns aspectos da aplicação da política científica numa sociedade em mudança.

Na comunicação sobre o Intercâmbio Universitário Internacional (preparada para o I Congresso Nacional de Ensino Superior), mostra a linha a ser adotada na política da Universidade no âmbito internacional. Salienta a importância do intercâmbio institucional, de professores e leitores e de estudantes, lembrando que nenhum setor da vida nacional é mais dotado de recursos externos que a educação superior. A UNESCO, a FAT, a OIT, a UNICEF, o Fundo Especial da ONU, poderiam realizar melhor trabalho de intercâmbio se houvesse entre a Universidade e o poder público um melhor entrosamento. Apresenta os dois órgãos oficiais do governo que se incumbem dos projetos internacionais de educação: INEP e CAPES.

Na conferência "A UNESCO e a cooperação internacional em educação, ciência e cultura" fazem avaliação geral das idéias, programas e realizações da UNESCO. (B.K.)

88.

016.1

PAIM, Antônio — *Bibliografia brasileira*. 1967. *R. bras. Fil.*, 17 (68): 478-483, out./dez. 1967.

Apresenta a nova iniciativa da Revista Brasileira de Filosofia — levantamentos periódicos (anuais) das obras filosóficas editadas no Brasil.

Reúne, nesse volume, relação bibliográfica sinalética de livros sobre metafísica, história da filosofia, lógica, filosofia das ciências, ética, estética, filosofia do direito, da educação etc., referentes a 1967, incluindo originais e traduções. (M.L.L.) 89.

06.001.5

LOPES, J. Leite — Estrutura dos institutos de pesquisas científicas (Relatório apresentado no Congresso Nacional de Educação sobre Ciência e Tecnologia, a 23/11/67). C. Manhã, 3 de dez. 1967.

Faz observações a respeito de um instituto de pesquisas ideal. Afirma que sem administração eficiente, compreensiva e inteligente não há instituto de pesquisa científica que resista à depredação. Deixando de lado as Universidades fundadas em várias regiões do país sem o selecionamento de elementos capacitados, cita as que foram fundadas por pesquisadores de valor: Instituto Oswaldo Cruz, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e a Universidade de Brasília. Faz estas observações, procurando tornar clara sua posição: equacionar os problemas para buscar soluções, estando as dificuldades nas estruturas inadequadas dos setores básicos de vida do País.

Sugere a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas para Ministério da Ciência e Tecnologia ou que este adquira *status* de Ministério.

O intercâmbio cultural é indispensável à ciência e inevitável, mas o esforço tem de ser do povo. (B.K.) 90.

159.9.07

CAMPOS, Francisco — Inteligência ou interesse. Um teste de vocabulário. *Arq. bras. Psicot.*, 19 (4): 31-40, dez. 1967.

Estudo sobre o vocabulário como índice de interesse e inteligência, recorrendo-se à construção de um teste compreendendo 25 palavras com significações múltiplas e supondo-se que a primeira concepção para cada termo possa exprimir o interesse predominante do indivíduo.

Foi aplicado o referido teste em alunos de instituição sindical (curso preparatório, orientação e 4.º ano) durante o ano letivo de 1947-48 e seus resultados correlacionados com alguns testes: Hendeka, de caráter não verbal na sua maioria, Wechsler (vocabulário), polissemântico e outros.

Apresenta quadro estatístico desses resultados, registrando a correlação positiva entre o teste de vocabulário e as notas escolares. Não foi afastada a hipótese de que o interesse não pode ser desprezado como fator que intervém na assimilação das palavras. (M.L.L.) 91.

TÉCNICAS da construção de testes e o "Projeto-Talento". *Arq. bras. Psicot.*, 19 (4): 113-120, dez. 1967.

Apresenta conferência pronunciada pelo Professor John Flanagan sobre o "Projeto-Talento", em realização nos Estados Unidos.

Trata-se de estudo sobre os jovens americanos, iniciado em 1957: 440 mil estudantes, inclusive de nível secundário, foram submetidos a questionário construído com a finalidade de caracterizar aquela juventude e procurando-se fazer um *follow-up* dos casos iniciados sob a base de um, cinco, dez e vinte anos.

Seus resultados acusaram diferença mais acentuada entre indivíduos dentro do mesmo grau de instrução que entre o grupo de uma classe e o de outra; quanto à orientação vocacional, foi observado certo fracasso, uma vez que apenas 17% continuaram tendo os mesmos planos quatro anos depois; os perfis dos padrões de pessoas bem sucedidas em suas profissões são vistos como de grande utilidade no programa de classificação de aptidões que facilitará a orientação profissional do adolescente.

Refere-se ainda ao "Projeto Plano" que pretende ajudar o aluno a programar o que deve ainda aprender e como deve fazê-lo, dentro de áreas específicas, apelando para material e métodos adequados. (M.L.L.) 92.

#### 159.9.07

ТЧАЙКОВСКИЙ, Fani Malin — Organização de uma bateria de testes de aptidões profissionais. (Estudo explanatório de área industrial). *Arq. bras. Psicot.* 19 (4): 9-30, 1967.

Estudo decorrente de acordo firmado entre a Fundação Getúlio Vargas e a "Agency for International Development" (AID) com os objetivos: 1) de identificar os setores em que as medidas psicológicas possam contribuir de modo mais relevante para o desenvolvimento dos recursos humanos no país; 2) elaborar e padronizar testes de aptidões em áreas julgadas preferenciais com estudo de sua validade. Faz parte do programa do "American Institute of Research", denominado "World Wild Testing Project", que, além do Brasil, atinge a Nigéria, Tailândia e Coréia, sendo patrocinado pela AID.

Retrata pesquisa com o objetivo de determinar quais os tipos de teste que nas áreas espacial, mecânica e outras a elas ligadas, podem ser incluídos na futura bateria brasileira de testes de aptidões profissionais.

Foram utilizados testes essencialmente de visualização espacial (Caixas, BTAG- parte F e H, Cubos Seccionados), de informações, raciocínio e conhecimentos mecânicos e finalmente de figuras e coordenação óculo-manual, ligados pelo fator percepção.

O grupo experimental era composto de 250 alunos da Escola do Senai, freqüentando o primeiro grau dos cursos de mecânica, eletricidade, marcenaria e serralheria.

Mostra os critérios de validação dos testes mediante escala de avaliação dos seguintes itens, pelos professores: interesse pelo trabalho, capacidade de aprender, atitudes durante o trabalho, relações com os colegas e julgamento global da potencialidade do estudante no futuro exercício do ofício, além das notas escolares. Apresenta conclusões a respeito dos valores significativos da precisão e validade dos testes e o tratamento necessário para aumentar-lhes a validade para serem incluídos na bateria definitiva. (M.L.L.) 93.

159.98

SAMPAIO, Henrique A. Baez — Psicologia das ocupações. *Arq. bras. Psicot.* 19 (4): 61-92, dez. 1967.

Apresenta resultados de pesquisas diversas sobre as características psicológicas de grupos profissionais, conforme classificação adotada por Anne Roe em seu livro *Psychology of Occupations*, sendo para isto utilizados diferentes testes de interesse e personalidade.

Constituem aqueles grupos as ocupações de serviço, de contato comercial, de organização e as ocupações tecnológicas que têm como objetivos específicos: o atendimento de preferências pessoais e necessidade de bem-estar de terceiros, a persuasão de clientes em perspectiva numa situação face a face, a organização e funcionamento das empresas comerciais e estatais, a produção, manutenção e a tecnologia dos transportes e comunicações.

Discrimina as ocupações dentro de cada grupo, conforme o grau de responsabilidade atribuída, assinalando-lhes a origem do interesse profissional, traços de temperamento importantes no desempenho da função, comparando por vezes com outras profissões. (M.L.L.) 94.

354:62

MACCARTHY, Michael J. — Criação do Ministério da Tecnologia. *Com. & Merc.*, 2 (8): 32-34, abr. 1968.

É objetivo do Ministério da Tecnologia organizar um departamento federal capaz de aumentar substancialmente as aplicações gerais dos resultados da pesquisa científica através de toda a comunidade comercial e industrial. Aborda uma série de estudos no sentido de provar a necessidade desta criação e de esforços para evitar que somente a iniciativa privada funcione. De acordo com o plano nacional, o país será dividido em oito áreas regionais, tendo, cada uma, uma representação do Ministério da Tecnologia. (B.K.) 95.

### III

#### LIVROS DIDÁTICOS \*

##### *Nível elementar*

501(075)

OLIVEIRA, Carolina Rennó Ribeiro de & ANDRADE, Neizi de Castro. *Ciências aplicadas*; para 4.º e 5.º graus; princípios de ciências naturais — antropologia — zoologia-botânica — geologia-física... São Paulo, Ed. do Mestre [s.d., 1968] 128p. ilustr. 96.

SANTOS, Newton Dias dos — *Práticas de ciências* (guia de ensino elementar) para professores primários e secundários... 3.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Gráf. Olímpica, 1968. xxvi, 318p. ilustr. 97.

51(075)

ASSIS, Juliana P. de — *1-2-3 ao admissão, matemática*. ilustr. de Luiz Cesar. Rio de Janeiro, Ed. Elyas [s.d., 1968] 205p. 98.

511(075)

ALMEIDA, Marlene Concetta de Oliveira. *Matemática nas classes especiais*. Rio de Janeiro, Eumane, 1967. 111p. ilustr. 99.

802=690(075)

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Português para o admissão*. 12.ed. rev. e melh. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1968. 254p. ilustr. 100.

LIRA, Marlene de Freitas & FARIAS, Antônia Rangel de. *Nosso amigo*. São Paulo, Ed. Monumento [s.d., 1968] 46p. ilustr. envelope c/material. 101.

\* Fonte de consulta: Bibliografia Brasileira Mensal — INL/COLTED (só incluímos nesta seção os livros em 1.ª edição ou em edição revista, aumentada ou atualizada).

- OLIVEIRA, Maria Antonieta Cals de. *O primeiro livro de Fred, Tereza e Rute; supervisionado pela professora...* Des. de Elsy Ferreira. São Paulo, Ed. Monumento [s.d., 1968] 143p. 102.
- *O segundo livro de Daniel, Paulo e Clarissa.* Des. de Elsy Ferreira. São Paulo, Ed. Monumento [s.d., 1968] 144p. 103.
- *O terceiro livro de Beatriz, Davi, Jorge e Lia; supervisionado por...* ilustr. Vera Lúcia Le Fosse. São Paulo, Ed. Monumento [s.d., 1968] 115p. 104.
- PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Exercício de português.* Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1968. 101p. (Bibl. línguas vivas, sêlo, 607). 105.
- ROCHA, Morena Coelho da. *Vamos ver Dadá e Pedrinho? Prê-livro. guia do professor.* Pôrto Alegre, Liv. Sulina, 1967. 37p. 106.
- TAVARES, Óncide de Souza & MARINHO, Eunice Barros. *Ler e aprender com Eni e Mário.* São Paulo, Ed. Monumento [s.d., 1968] 72p. ilustr. envelope c/material. 107.
- *Manual de orientação para a professora [Ler e aprender com Eni e Mário]* São Paulo, Ed. Monumento [s.d., 1968] 15p. 108.
- VICTORIA, Luís Augusto Pereira — *Testes de português.* Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1968. 101p. (Bibl. línguas vivas, sêlo, 10). 109.
- 802-085=690(075)
- FABBRI, Feruccio. *Modelos de redação; para o primário-admissão-ginasial, parte do aluno.* Rio de Janeiro, Of. de O Dia, A Notícia, 1967. 167p. 110.
- *Modelos de redação; para o primário-admissão-ginasial, parte do mestre.* Rio de Janeiro, Of. de O Dia, A Notícia, 1967. 308p. 111.
- 981(075)
- LARANJEIRA, Ezir Batista. *A história do Brasil em perguntas; de acôrdo com a história do Brasil, exame de admissão dos profs. Roberto Accioli e Alfredo Taunay...* Rio de Janeiro, Gráf. Record, 1967. 189p. 112.

*Nível médio*

02(075)

FIGUEIREDO, Laura Maia de & CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. *Curso de bibliografia geral*; para uso dos alunos das escolas de Biblioteconomia. Pref. de Edson Nery da Fonseca. Rio de Janeiro, Distr. Record, 1967. 143p. 113.

16(075)

BARBOSA, Rui Madsen — *Elementos de lógica aplicada ao ensino secundário...* São Paulo, Liv. Nobel, 1968. 158p. ilustr. 114.

301(075)

MATOS, Paulo da Cruz & MENDES, Paulo Eduardo — *Sociologia*: para o vestibular. Fortaleza [s.ed., s.d., 1968] 49f. mimeogr. 115.

51(075)

BEZERRA, Manoel Jairo — *Moderno curso de matemática*; primeiro ano dos cursos clássico e científico. São Paulo, Ed. Nacional, 1968. 205p. ilustr. 116.

CLEMENTE, Arlindo — *Matemática vol. I: álgebra — geometria — trigonometria — números complexos*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1968. 207p. ilustr. (Col. ensino técnico-industrial). 117.

511(075)

DI TULLIO, Pompeo — *Progressões aritméticas e geométricas*. São Paulo, Liv. Nobel [s.d., 1968] 74p. ilustr. 118.

512(075)

CLEMENTE, Arlindo — *Matemática vol. II. Análise algébrica — geometria analítica*. 1968. 189p. 119.

514(075)

ALENCAR FILHO, Edgard de — *Curso de trigonometria plana*. 8.ed. rev e ampl. São Paulo, Liv. Nobel, 1967. 535p. ilustr. 120.

515(075)

SERRÃO, Alberto Nunes — *Exercícios e problemas de geometria no plano*; parte B, para o ciclo ginasial e exames vestibulares às escolas superiores. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1968. 134p. ilustr. 121.

53+57(075)

SETTINERI, Luís Irineu Cibils — *As ciências físicas e biológicas no ensino comercial*. Pôrto Alegre, Diretoria do Ensino Comercial, 1967. 376p. ilustr. des. (MEC. Cadernos CAEC, 8). 122.

657(075)

D'AMORE, Domingos & CASTRO, Adauto de Sousa — *Curso de contabilidade*; 5.º vol. Contabilidade bancária e pública. 8.ed. ref. e atual. São Paulo, 199. xx, 420p. gráf. des. 123.

802=20(075)

FONSECA, João — *New spoken English*, basic course. São Paulo. Ed. Nacional, 1967. 273p. ilustr. 124.

802=40(075)

MAUGER, G. — *Cours de langue et de civilisation françaises*; I (1er et 2ème degrés) avec la collaboration de J. Lamaison et M.-A. Hameau. Rio de Janeiro, Libr. Hachette, 1967. xii, 230p. ilustr. 125.

————— *Cours de langue et de civilisation françaises*; II (3ème et 4ème degrés) avec la collaboration de J. Lamaison et M.-A. Hameau. Rio de Janeiro, Libr. Hachette, 1967. xii, 230p. ilustr. 126.

RIGO, Raul Reinaldo. *Converse em francês em 30 dias*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1967. 133p. (Bibl. línguas vivas, sêlo. 33). 127.

802-5=690(075)

KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática*; para explicação da nova nomenclatura gramatical. 10.ed. aum. Rio de Janeiro, Liv. Agir, 1967. 140p. 128.

82.0=690(075)

REBELO, Marques, pseud., *Autologia escolar brasileira*. Rio de Janeiro, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1967. 365p. 129.

911(075)

AZEVEDO, Aroldo de — *Os continentes*; curso médio. São Paulo. Ed. Nacional, 1967. 280p. ilustr. (O Brasil e o Mundo, 4). 130.

981(075)

AZEVEDO, Renato & TINÉ, J. S. *História do Brasil: curso ginásial*. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves [s.d., 1968] 299p. ilustr. 131.

VIANNA, Hélio — *História do Brasil*. 6.ed. rev. e atual. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1967. 2v. 385, 337p. ilustr. (Série cultura e ciência). 132.

*Nível superior*

31(075)

BARBOSA, Rui Madsen — *Estatística elementar: vol. I: estatística descritiva*. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo, Liv. Nobel, 1968. 180p. ilustr. 133.

DIAS, José Augusto — *Iniciação à estatística elementar*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1967. 107p. gráf. (Bol. 290, administração escolar, 7). 134.

## INDICE DE ASSUNTOS

- Analfabetismo, 62
- Antropologia educacional, 30
- Bibliografia especializada — Filosofia, 90
- Bibliotecas escolares, 46-49
- Biblioteconomia — Livros didáticos, 113
- Biografia de educadores, 4
- Bolsas-de-estudo, 6, 81
- Ciências — Livros didáticos, 96, 97
- Ciências físicas e biológicas — Livros didáticos, 122
- Cursos de extensão, 59
- Cursos de pós-graduação, 77, 78
- Emulação, 44
- Conferência Nacional de Educação, 3.<sup>a</sup>, Salvador, 1967, 3
- Conselhos Estaduais de Educação — Constituição, 11
- Conselho Federal de Educação, 6-10
- Contabilidade — Livros didáticos, 123
- Cooperação internacional, 88
- Didática — questões gerais, 40
- Diploma — revalidação, 9
- Economia — Ensino, 72, 73
- Economia — pós-graduação, 75
- Economia da Educação, 33, 34
- Educação — direito à, 18
- Educação e desenvolvimento, 17, 22, 33, 74, 75
- Educação de grupos especiais — Deficientes mentais, 61
- Engenharia operacional — cursos, 67
- Ensino — Bahia, 38
- Ensino — São Paulo, 39
- Ensino elementar, 55-57
- Ensino elementar — períodos, 56
- "    "    — planejamento — PE, 57
- Ensino médio, 6, 58-60
- "    "    — bolsas-de-estudo, 6
- "    "    — cursos de extensão, 59
- "    "    — Estatística, 60

- Ensino médio e superior — articulação, 58  
Ensino superior, 5, 68-87  
" " — América Latina, 84  
" " — bolsas-de-estudo, 81  
" " — Ceará, 85  
" " — cursos de extensão, 59  
" " — estágios, 81  
" " — financiamento, 76  
" " — organização, 80  
" " — planejamento, 74  
" " — pós-graduação, 77, 78  
" " — reforma, 7, 8, 83  
" " — Rio Grande do Sul, 87  
" " — São Paulo, 12, 86  
" " — Sergipe, 10  
Ensino superior e mudança social, 70  
Escolas experimentais, 35  
Escolas particulares, 37 †  
Escolas profissionais superiores — Engenharia, 67  
Estatística — Ensino, 71  
" — Livros didáticos, 133, 134  
Estatística da educação, 2, 60  
Esludantes — situação social — pesquisa, 50  
Evasão escolar, 42  
Faculdade de Educação, 79  
Filosofia — bibliografia, 90  
Filosofia da educação, 12, 13  
Financiamento do ensino, 27, 28, 76  
Formação profissional, 63-66  
Francês — Livros didáticos, 125-127  
Geografia — Ensino, 54  
" — Livros didáticos, 130  
História do Brasil — Livros didáticos, 112, 131, 132  
Inglês — Livros didáticos, 124  
Inspeção e supervisão escolar — Federal, 29  
Prédios e aparelhamentos escolares — São Paulo, 45  
Instituições de pesquisas, 89  
Legislação do ensino, 5-11  
Leitura — iniciação, 51  
Leitura e linguagem — Ensino, 51, 52  
Literatura infantil — Ensino, 53  
Lógica — Livros didáticos, 114  
Matemática — Livros didáticos, 98, 99 e 116-121  
Obrigatoriedade escolar, 19

- Opinião pública e educação — pesquisa. 1  
Orientação profissional — influência da família. 36  
Pesquisa educacional. 1. 14. 50  
Pesquisa educacional — metodologia. 14  
Planejamento da educação. 17. 21-26. 74  
Planejamento da educação — Ceará. 25  
" " " — Rio Grande do Sul. 26  
Política da educação. 15, 16, 20  
Português — Livros didáticos. 100. 111. 128. 129  
Professores — formação — GB. 41  
Psicologia do adolescente. 31  
Psicotécnica, 94  
Reforma universitária, 7-9. 83  
" " " — Legislação. 7-9  
Sociologia — Livros didáticos, 115  
Sociologia educacional. 32  
Tecnologia — Ministério da, 95  
Testes educacionais. 43  
Testes de inteligência. 91-93  
Trabalho do menor. 19

## INDICE DE AUTORES

- ABREU, Jaime, 4, 15, 17  
ABU-MERHY, Nair Fortes, 47  
AIRES, Durval, 85  
ALENCAR FILHO, Edgard de, 120  
ALMEIDA, Marlene Concetta de Oliveira, 99  
ALMEIDA, Rômulo, 21  
ALVES, Elza Nascimento, 46  
ANDRADE, Astrogildo de C. Paes de, 51  
ANDRADE, Gilberto Osório de, 20  
ANDRADE, Neizi de Castro, 96  
ADRADOS, Isabel, 61  
ARAÚJO, Maria Ivonne Atalécio, 48  
ASSIS, Juliana P. de, 98  
AZEVEDO, Aroldo de, 130  
AZEVEDO, Celso Ming, 49  
AZEVEDO, Renato, 131  
BACHA, Magdala Lisboa, 52  
BARBOSA, Rui Madson, 113, 114  
BERGER, Manfredo, 14  
BEZERRA, Manoel Jairo, 116  
BOLOGNA, Italo, 67  
CAMARGO, Alberto Mesquita de, 37  
CAMPANHA Nacional de Educandários Gratuitos, 60  
CAMPOS, Francisco, 91  
CARNEIRO JÚNIOR, David, 71  
CARVALHO, Marilene Machado de, 57  
CASTRO, Adauto de Sousa, 123  
CEGALLA, Domingos Paschoal, 100  
CHAGAS, Valmir, 58, 79  
CLEMENTE, Arlindo, 117, 119  
CORREA, Arlindo Lopes, 22  
CORTES, José Guilherme Pinheiro, 74  
CUNHA, Lélia Galvão Caldas da, 113  
CUNHA, Maria Antonieta Antunes, 53

- D'AMORE, Domingos, 123  
DELFIM NETO, Antônio, 72  
DEUSDARA, Terezinha, 54  
DIAS, José Augusto, 134  
DI TULLIO, Pompeo, 118  
DUARTE, Sérgio Guerra, 30  
FABBRI, Feruccio, 110, 111  
FARIAS, Antônio Rangel de, 101  
FERREIRA, Evaldo Dantas, 62  
FERREIRA, Manoel Orlando, 73  
FERRI, Mário Guimarães, 86  
FIGUEIREDO, Laura Maia de, 113  
FONSECA, João, 124  
FREITAS, Eurídice, 36  
FURTER, Pierre, 31  
INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos, Centro Brasileiro de Pesquisas  
Educaionais, 50  
INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos, Equipe de Assistência  
Técnica ao Ensino Primário, 42, 55  
JOST, Nestor, 33  
KEUBLER, Clark, 12  
KURY, Adriano da Gama, 128  
LAMPARELLI, Celso M., 45  
LARANJEIRA, Ezir Batista, 112  
LIRA, Marlene de Freitas, 101  
LIRA FILHO, João, 68  
LISANTI FILHO, Luís, 81  
LOPES, J. Leite, 89  
MACCARTHY, Michael J., 95  
MACIEL, Rubens, 77  
MARINHO, Eunice Barros, 107, 108  
MARINHO, Heloisa, 41  
MARTINS, Joel, 32  
MATOS, Paulo da Cruz, 115  
MAUGER, G., 125, 126  
MELO, Osvaldo Ferreira de, 23  
MENDES, Paulo Eduardo, 115  
MINISTÉRIO do Planejamento e Coordenação Geral, Setor para Educação  
e Cultura, 24, 27, 28  
OLIVEIRA, Alaíde Lisboa, 40  
OLIVEIRA, Carolina Rennó Ribeiro de, 96  
OLIVEIRA, Maria Antonieta Cals de, 102-104  
PAIM, Antônio, 90  
PASQUALE, Carlos, 65  
PINHO, Périclès Madureira de, 29

- PONTIFÍCIA Universidade Católica de S. Paulo, 82  
PROENÇA, Manuel Calvaleânti, 105  
REBELO, Marques, 129  
ROCHA, Morena Coelho da, 106  
RIGO, Raul Reinaldo, 127  
SAMPAIO, Henrique A. Baez, 94  
SANTOS, Newton Dias dos, 97  
SCARABOTOLLO, Hélio A., 88  
SCHULTZ, Theodore W., 34  
SECRETARIA de Economia e Planejamento, Departamento de Estatística, 2  
SERRÃO, Alberto Nunes, 121  
SETTINERI, Luís Irineu Cibils, 122  
SILVA, Gustavo Sá e, 76  
SIMONSEN, Mário Henrique, 78  
SOUSA, Aldemir de, 1  
SOUSA, Edson Machado de, 74  
SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento Econômico e Cultural, 25  
SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento do Nordeste, Departamento  
de Recursos Humanos, 59  
TAVARES, Oneide de Sousa, 107, 108  
TCHAIKOVSKY, Fani Malin, 93  
TEIXEIRA, Anísio S., 13, 16, 18, 84  
TINÉ, J. S., 131  
TINKELMAN, Sherman N., 43  
TRIGUEIRO, Durmeval, 70, 80  
UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia, 87  
VASCONCELOS, Elza Carneiro de, 44  
VAZ, Zeferino, 69  
VIANNA, Hélio, 132  
VICTORIA, Luís Augusto Pereira, 109  
VILAS BOAS, Maria Violeta, 66